

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO**  
**INSTITUTO SAÚDE E SOCIEDADE**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

**KAREN SALES CORRÊA STEIN**

**GRAVIDEZ E MATERNIDADE NO PERÍODO ESCOLAR: vivências de jovens e professoras de escolas públicas de Guarujá e Santos**

**Santos**

**2018**

**KAREN SALES CORRÊA STEIN**

**GRAVIDEZ E MATERNIDADE NO PERÍODO ESCOLAR: vivências de jovens e professoras de escolas públicas de Guarujá e Santos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do grau em bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

**Santos**

**2018**

S819g	<p>Stein, Karen Sales Corrêa, 1977-</p> <p>Gravidez e maternidade no período escolar: vivências de jovens e professoras de escolas públicas de Guarujá e Santos. / Karen Sales Corrêa Stein; Orientador: Prof. Dr. Cristiane Gonçalves da Silva. – Santos, 2018.</p> <p>66 f.: 30 cm.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo - campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2018.</p> <p>1. Educação. 2. Maternidade na adolescência. 3. Direitos sexuais e reprodutivos. I. Silva, Cristiane Gonçalves da, Orientador. II. Título.</p> <p style="text-align: right;">CDD 361.3</p>
-------	---

**KAREN SALES CORRÊA STEIN**

**GRAVIDEZ E MATERNIDADE NO PERÍODO ESCOLAR: vivências de jovens e professoras de escolas públicas de Guarujá e Santos**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de São Paulo, Campus Baixada Santista, como requisito parcial para a obtenção do grau em bacharel em Serviço Social.

Orientador: Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

Prof. Dra. Cristiane Gonçalves de Silva

Universidade Federal de São Paulo

---

Prof. Dra. Luciana Maria Cavalcante Melo

Universidade Federal de São Paulo

Dedico ao meu companheiro, André Luiz Pitta Stein.

A você meu amor, pelo companheirismo, minha eterna gratidão.

A conquista desse diploma não seria possível sem seu amor, paciência e dedicação

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha mãe e irmã, Lina e Miriam, pelo amor, solidariedade e companheirismo. A conquista desse título não seria possível sem o amor de vocês, essa vitória é nossa e ninguém tira.

A meu companheiro, André, por todo apoio e suporte durante a graduação. Seu incentivo foi muito importante na minha trajetória, essa conquista não é só minha, é nossa. Obrigada por fazer parte da minha vida.

Aos meus filhos, Ingrid e André Jr, por ter me dado a oportunidade de ser mãe de duas pessoas tão especiais e por serem muito mais amigos do que filhos. Vocês são a luz que me ilumina, a alegria da minha vida.

A minha orientadora Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva, pela paciência, dedicação, compreensão, apoio e incentivo desde a construção do projeto de pesquisa de Iniciação Científica até a construção deste Trabalho de Conclusão de Curso. Obrigada pelas orientações e auxílios. Obrigada por ser tão companheira.

A Profa. Dra. Patrícia Leme de Oliveira Borba, por todo carinho e apoio. Obrigada por ter entrado na minha vida. Obrigada por existir.

A todos os amigos que compartilharam e fizeram parte da minha trajetória acadêmica, mas em especial, ao meu amigo, Gabriel Santos Francisco, pelo companheirismo, amizade e amor. Muito obrigada, você é muito especial.

As estudantes e professoras que aceitaram participar da minha pesquisa através das entrevistas, sem vocês este trabalho não seria possível. Obrigada, vocês acrescentaram muito na minha trajetória de vida.

Ao Projeto de extensão “Juventudes e funk na Baixada Santista: territórios, redes, saúde e educação”, por ter me dado a oportunidade de fazer parte de um grupo tão maravilhoso, aprendi muito com todas/os vocês. A magia que existe nesta extensão é indescritível. Obrigada por terem comprovado que não estava errada sobre minha percepção de juventude e, que de fato, a juventude é potente transformação. Obrigada, Obrigada, Obrigada.

Imbuída de muita emoção, gostaria que todos aqui citados, soubessem o quão foram importantes nessa minha trajetória e o quanto sou grata ao universo por ter a honra de poder

compartilhar com vocês este momento. Sempre achei que a universidade não era para mim, passei 37 anos da minha vida acreditando que não era capaz. Estudar em uma universidade pública, sonho impossível. Mas, aqui estou, aos 41, posso dizer que sou graduada em Serviço social. Hoje, com outro olhar e percepção, concluo que todo aquele sentimento de insegurança e incapacidade foi depositado propositalmente por uma sociedade que acredita que a universidade não é lugar para pretos e pretas. Eu digo que este espaço também é nosso e, que ocuparemos este lugar. Preta/o também se forma na academia, preta/o também é capaz, preta/o pode ser pesquisadora/o, preta/o pode ser mestre e doutora/o.

*“Não aceito mais as coisas que não posso mudar,  
estou mudando as coisas que não posso aceitar. ”Ângela Davis*



## RESUMO

Esse trabalho de conclusão de curso resulta de uma pesquisa de iniciação científica que foi realizada com objetivo de compreender como jovens estudantes vivenciam a gravidez e a maternidade em período escolar e como professoras/es entendem esse acontecimento a partir de suas experiências em escolas públicas da baixada santista. Buscou também entender como se deu o apoio fora e dentro da escola para a vivência da maternidade. Com isso, apresenta-se um debate sobre direitos e políticas de permanência estudantil de acordo com as necessidades das jovens, compreendendo-as como sujeitos de direitos para o exercício da sexualidade. Foram entrevistadas 3 jovens mães que tinham se descoberto grávidas durante o período escolar e 3 professoras da rede pública. De início, as jovens não contaram com aceitação da gravidez por parte da família, mas que foi o suporte para continuidade da vida escolar durante a gestação e após nascimento da criança. As percepções sobre maternidade e paternidade são definidas a partir das concepções de gênero sobre ser mulher/mãe e homem/pai. As professoras e também as próprias jovens entendem que a mulher "amadurece mais cedo" e identificam ausência de participação com responsabilidade por parte dos jovens pais. Jovens entendem gestação e maternidade como solitárias e, a partir de suas experiências, entendem que a escola não tem flexibilidade para considerar a demanda delas, como responsáveis por uma criança e restringe-se a garantir a licença maternidade ou lançar mão de esforços para que as estudantes mães não sejam reprovadas. Jovens e professoras entendem que a escola deveria orientar sobre sexualidade e contracepção, assim como, desenvolver projetos para permanência estudantil de estudantes grávidas e mães. A discussão apresentada nesse Trabalho de Conclusão de Curso buscou articular questões da gravidez e maternidade a partir da escola e das professoras, relacionando com questões familiares e entraves na continuidade dos estudos e de da necessidade de uma educação que inclua direitos reprodutivos e sexuais.

**Palavras Chave:** Educação. Maternidade. Adolescência. Direitos Sexuais e Reprodutivos.

## SUMARIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	Objetivos e métodos.....	18
1.2	Descrição do trabalho de campo.....	19
1.2.1	Aspectos éticos.....	20
1.3	Procedimentos de Análise.....	20
1.4	Universo estudado.....	21
CAPÍTULO 2 Rede de apoio em torno da gravidez, relações afetivas e gênero.....		23
2.1	O círculo de amizades.....	23
2.2	Relacionamento afetivo: o pai da criança.....	25
2.3	O apoio familiar.....	27
CAPÍTULO 3 Gravidez e maternidade na escola: questões das relações estudante-docente e de permanência estudantil.....		30
3.1	As professoras: entre experiências e sentidos.....	30
3.2	Relação entre estudantes e professoras e apoio institucional.....	31
3.3	Expectativas e projetos de vida.....	36
CAPÍTULO 4 Sexualidade e Reprodução: jovens como sujeitos de direitos.....		38
4.1	Saúde, direitos humanos e vulnerabilidade.....	38
4.2	Sexualidade: saúde e direitos na escola.....	42
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49

REFERÊNCIAS.....	51
------------------	----

ANEXOS.....	57
-------------	----

ANEXO A	Roteiro da entrevista semiestruturada.....	57
---------	--	----

ANEXO B	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido.....	59
---------	--	----

ANEXO C	Termos de Consentimento Livre e Esclarecido.....	61
---------	--	----

## 1. INTRODUÇÃO

Por muito tempo a sociedade considerou o ato de parir antes dos 19 anos como algo comum não representando e nem tão pouco se constituindo como um "problema social". A construção da gravidez na adolescência como um “problema social” se dá por volta de meados dos anos 60, tendo maior relevância e atenção na década de 90, período em que a taxa de fecundidade entre jovens menores de 19 anos teve um considerável aumento, saltando de 16,38% em 1991 para 21,34% em 2000 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2002). Portanto, é a partir da redução da fecundidade entre as mulheres acima dos 25 anos de idade que a gravidez na adolescência passa a ser um “problema social”. De acordo com Yazak (2008):

Deve-se considerar, no entanto, que parte desse aumento proporcional pode ser atribuído à diminuição expressiva das taxas de fecundidade nas faixas etárias acima de 25 anos. Estudos mais recentes sugerem que tanto a fecundidade adolescente quanto a proporção de nascimentos em mães adolescentes vêm diminuindo nos últimos anos. (apud DIAS et al., 2010, p.123)

Antes mesmo de ser um “problema social” a gravidez na adolescência é um fenômeno social que ocorre em um período em que são atribuídos novos conceitos e expectativas, no que se refere à adolescência pela sociedade. Teixeira & Dias (2004) apontam que a gravidez nessa fase:

(...) é, antes de tudo, um fenômeno social, um nome que se dá a um período do desenvolvimento no qual certas expectativas sociais recaem sobre os indivíduos e configuram um modo de ser adolescente, fruto da conjugação de transformações biológicas, cognitivas, emocionais e sociais pelas quais passam as pessoas. Sendo a gravidez um fenômeno social, os contornos da adolescência não podem ser definidos em termos absolutos, uma vez que tal definição depende do lugar que a sociedade atribui ao adolescente em um dado momento histórico. (apud DIAS et al., 2010, p. 123)

A literatura biomédica com a mídia possui um papel fundamental na construção desse “problema social” quando utilizam expressões tais como: gravidez precoce, indesejada, não planejada e de risco, para descrever e enfatizar as consequências sociais e biológicas negativas associadas ao fenômeno. Discursos que reforçam a construção de representações em torno da percepção da gravidez na adolescência como um problema e são reproduzidas pelo senso comum. (Dias & Aquino, 2006; Gonçalves & Knauth, 2006; Pantoja, 2003).

De acordo com Oliveira (2008) assim se estabeleceu uma ideia implícita de adolescência na qual a gestação não está incluída como experiência normativa. Pelo contrário, ela é vista como um desvio de percurso, um evento supostamente não desejado pelas adolescentes e cujas consequências frustram o que seria considerada uma “boa” adolescência (apud DIAS et al., 2010, p.124).

Adolescência e juventude são duas categorias construídas socialmente que costumam ser utilizadas como sinônimos, em algumas situações. Geralmente, a ideia de adolescência transita por múltiplos fatores, características e elementos, com ênfase nas transformações físicas, biológicas, intelectuais e cognitivas, de identidade e personalidade, sociais e culturais, morais e de valor que caracterizam essa fase da vida. Categoria que define em termos de limites etários sujeitos de 12 a 18 anos para designar a adolescência (FREITAS, 2005). Já a juventude remete à ideia de algo, produzido por uma determinada sociedade em um determinado período histórico, o qual possui suas particularidades, contradições culturais e sociais. Tendo como premissa que cada época e situações culturais específicas, demanda diferentes maneiras de ser jovem (ABRAMOVAY, 2015). Logo, "não há somente uma juventude, mas grupos juvenis que constituem um conjunto diversificado, com diferentes parcelas de oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades" (ABRAMOVAY, 2015, p.14). Juventudes com características, comportamentos e sentimentos próprios, bem como, símbolos e significados que mudam de acordo com a nacionalidade, etnia, gênero, classe social e contexto histórico (REZENDE, 2016). Conceito que abrange sujeitos de 15 a 29 anos de idade e vem sendo adotado com o objetivo de superar a definição em limites etários aspirando acentuar os processos sociais de passagem ou entrada na vida adulta (HEILBORN, 2006)

Com o advento das novas dimensões da autoridade parental<sup>1</sup>, das mudanças no estatuto infantil que passou a garantir mais proteção a vítimas de violência, da alteração das normas educativas, das profundas transformações entre gerações e relações de gênero, concebeu-se novos cenários familiar e social (BRANDÃO & HEILBORN, 2006). Somam-se a isso variados aspectos de sociabilidade cultural como por exemplo: os hábitos de consumo, violência urbana, propagação de novas tecnologias, etc., fundindo-se com a concepção de que se trata de um período de transição para a vida adulta, transformando a gravidez na adolescência em assunto de ordem pública e como um importante alvo de políticas públicas no Brasil, que envolve organismos internacionais e da sociedade civil. (HEILBORN et al, 2002)

Os contextos explicitados no parágrafo anterior, repercutem de diferentes formas na vida das jovens-mães, particularmente com a interseccionalidade, um cruzamento entre distintos marcadores sociais da diferença, como raça-cor, classe social (CREENSHAW, 2012).

---

1

A Convenção dos Direitos da Criança (ONU/UNICEF, 1990) preconiza, no seu artigo 27º, que é da responsabilidade parental e de outros cuidadores assegurar, de acordo as suas competências e capacidades financeiras, as condições de vida necessárias para o desenvolvimento da criança.

Compreender a rede relacional para a vivência da gravidez/maternidade, assim como para a continuidade dos estudos, tendo como pano de fundo que “as experiências adolescentes estão relacionadas às vicissitudes e possibilidades interpostas pelo contexto de inserção social” (ESTEVES & MENANDRO, 2005, p.366), como também, pelos marcadores sociais da diferença se faz necessária, pois:

[...] cada um/a de nós traz em sua bagagem: uma origem de nascimento, numa cultura particular; uma referência de classe social definida a partir da posse de bens materiais e simbólicos, posições de poder e prestígio; marcas corporais e psicológicas que podem definir se somos homens ou mulheres; uma classificação num sistema racializado baseado na cor da pele ou em outros fenótipos; uma orientação sexual expressa de modo público ou não; uma idade que sinaliza o que é permitido ou proibido, e assim por diante. Esses sistemas de classificação a partir de “marcadores sociais da diferença” são construções sociais, pré-existem ao nosso nascimento – não fomos nós que os criamos – e se articulam de maneira a produzir maior ou menor inclusão/exclusão, a depender do quanto confrontam identidades sociais hegemônicas. Logo, nossa localização no mapa social depende: de nossas posições nos sistemas de classificação (estratificação), do que representamos (papéis sociais) e do tipo de controle que é exercido sobre nós. (MELO & GONÇALVES, 2010, p.64)

Portanto, a gravidez na adolescência é contextual e atravessada por dimensões que dão contorno para o modo como se constituem as trajetórias biográficas das jovens que passam pela experiência.

Dado o contexto histórico da gravidez na adolescência e a diversidade social das condições de existência juvenil no Brasil, os argumentos recorrentes na literatura sobre o tema são embasados na desinformação juvenil, dificuldades de acesso a métodos contraceptivos, pobreza e situações de marginalidade. (BRANDÃO & HEILBORN, 2006)

De modo geral, os estudos direcionam o crescimento das famílias monoparentais, chefiadas por mulheres, constituídas por uma prole numerosa, precária inserção no mercado de trabalho, esterilização precoce, abandono escolar entre outros. Deste modo, explorar a trajetória de adolescentes que tenham passado pela experiência da gravidez-maternidade no período escolar é de fundamental importância, já que a escola é um espaço de poder e controle dos corpos (FOUCAULT, 1998).

A educação é um direito e deve ser garantido a toda criança e adolescente. É um direito social descrito no artigo 227 da Constituição Federal, cujo disposto diz:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujas bases estão firmadas no Princípio da Proteção Integral, tem por referência de proteção a faixa etária que vai dos 12 aos 17 anos de idade, é um instrumento de direitos que reconhece a criança e adolescente como sujeitos que necessitam da efetivação dos direitos fundamentais e a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1990).

Já o Estatuto da Juventude prevê diretrizes que contemplam os jovens para além dos aspectos físicos, social, político e econômico. Voltado para jovens com idade de 15 a 29 anos, visa promover e integrar diversas ações junto ao Estado e comunidade, bem como, a criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) cujo objetivo seja planejar e implementar planos e programas que respaldem as políticas públicas de juventude de maneira participativa. (BRASIL, 2014). Na seção V do Estatuto da Juventude são abordados alguns assuntos sobre a sexualidade, como saúde sexual e reprodutiva com foco na questão de gênero, bem como, a garantia de inclusão do tema nos projetos pedagógicos dos diversos níveis de ensino. (Brasil, 2013).

Destacar que o Estado tem por obrigação assegurar a criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação e a educação é de extrema relevância. Entretanto, no que se refere a gravidez na adolescência, cabe aqui dar ênfase ao disposto nos seguintes instrumentos orientadores de políticas:

- Constituição da República de 1988:

Art. 206 – O ensino será ministrado nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1988).

- Estatuto da Criança e do Adolescente:

Art. 53 – A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-lhes:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1990).

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

Art. 3º. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (BRASIL, 1996).

- Estatuto da Juventude:

Art. 1º. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo (BRASIL, 2014).

Faz-se necessário destacar que a única política de permanência estudantil para jovens grávidas no Brasil, é a licença gestante, que prevê um período de afastamento das estudantes por aproximadamente 90 dias, sendo obrigatório a aplicação de exercícios domiciliares como forma de compensação da ausência às aulas, aplicada regularmente pelas escolas com o desígnio de estabelecer regras e condições às estudantes em período gestacional. Vale aqui destacar o disposto na Lei 6.202 de 1975:

Art. 1º A partir do oitavo mês de gestação e durante três meses a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-lei número 1.044, 21 de outubro de 1969.

Parágrafo único. O início e o fim do período em que é permitido o afastamento serão determinados por atestado médico a ser apresentado à direção da escola.

Art. 2º Em casos excepcionais devidamente comprovados mediante atestado médico, poderá ser aumentado o período de repouso, antes e depois do parto.

Parágrafo único. Em qualquer caso, é assegurado às estudantes em estado de gravidez o direito à prestação dos exames finais.

Problematizar a experiência de cada moça que engravida e se torna mãe, permite fugir do ciclo vicioso que permeia o debate público do tema. É importante mencionar que o exercício da sexualidade na adolescência é um caminho privilegiado para a obtenção progressiva de liberdade e autonomia, mesmo que sobre o teto parental (BRANDÃO & HEILBORN, 2006).

A educação e a saúde sexual e reprodutiva dos/as jovens não podem se limitar em fornecer informações sobre o funcionamento do aparelho reprodutor, sobre métodos de prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST) e métodos contraceptivos. A educação sobre saúde sexual e reprodutiva deve ser pautada na formação para o relacionamento e o convívio com a diversidade e, sobre isso, Knauth et al (2006) enfatizam que a formação para jovens deve abordar questões do relacionamento e do convívio com a diversidade, seja ela de raça/cor, cultura ou orientação sexual. Apontam também, que as políticas voltadas para jovens ainda são um modelo de regulação da vida sexual e reprodutiva que caminham na contramão do direito individual dos sujeitos. De acordo com Pitanguy (2002) e Bonan (2003):



Sob essa perspectiva, as decisões sexuais e reprodutivas são pensadas como um direito fundamental dos indivíduos, cabendo ao Estado garanti-las, por meio do acesso à informação e a saúde. Em uma perspectiva de cidadania e direitos humanos, caberia ao Estado promover as condições para que os segmentos mais vulneráveis da população pudessem tomar suas decisões sobre a saúde sexual e reprodutiva com maior autonomia. Dessa forma, o tema da reprodução seria deslocado da esfera das políticas populacionais e do enfoque específico sobre o controle da natalidade e o planejamento familiar para a cidadania e dos direitos humanos. (apud KNAUTH et al, 2006, p. 410)

A noção singular de gênero e sexualidade sustenta os currículos e práticas nas escolas, pautando a heterossexualidade como único modo legítimo, adequado e normal de masculinidade e feminilidade sob a égide da forma sadia e normal de sexualidade. (LOURO, 2013). Além disso, na sociedade, vivemos o paradigma da maternidade que pode ser entendida de forma positiva ou como algo que serve para desqualificação social da mulher, considerando a construção social sobre o que é masculinidade e feminilidade, sobre isso, Villela e Doreto (2006, p.3) dizem que:

A dinâmica das relações de gênero impõe às moças o recato em relação ao sexo, enquanto que, para os rapazes, é esperado que não haja muito pudor ou embaraço em relação ao tema. Isso resulta no elevado valor atribuído à virgindade, para as moças, e à experiência sexual, para os rapazes.

As questões relativas à desigualdade de gênero recaem sobre as meninas pobres de forma mais significativa por conta da dificuldade em acessar bens sociais, como educação, trabalho, remuneração e prestígio (VILLELA & DORETO, 2006).

Tendo em conta que a evasão escolar relacionada à gravidez na adolescência é bastante significativa (KNAUTH, 2006) consideramos importante aprofundar os nexos explicativos sobre a trajetória escolar por parte das garotas-mães, lançando mão de questionamentos sobre a escola e rede de apoio da jovem: O que a escola possui ou não possui para apoio da gestação e maternidade das jovens? Como se constitui a rede de apoio relacional das jovens-mães fora da escola para a consecução dos estudos? Essas são algumas perguntas que foram disparadas pela vivência como extensionista do Projeto de Extensão Juventudes e Funk da Baixada Santista: território, redes, saúde e educação que se materializaram na pesquisa realizada e na elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

O trabalho de pesquisa realizado e que serviu para elaboração do TCC buscaram conhecer a realidade de garotas grávidas e mães que também eram estudantes e também compreender o que pensavam professoras ao lidarem com essa realidade. A reflexão que aqui se apresenta, a partir dos resultados da pesquisa, pretende contribuir, de alguma forma, na luta pela diminuição da discriminação e do preconceito que envolvem as representações da gravidez e maternidade na vida escolar de jovens, a partir de ações desenvolvidas na e pela escola. Além

disso, o resultado final do percurso realizado na experiência de extensão e na pesquisa reforçou a importância de desenvolver Oficinas educativas voltadas, especialmente para professores/as, realizadas nos moldes do projeto de extensão já referido. O percurso também reforça a necessidade de investimento em espaços formativos e debates sobre as temáticas, a partir da própria experiência juvenil, sobretudo no que se refere ao exercício da sexualidade, direitos reprodutivos, estilo de vida e concepção de mundo.

## **1.1 Objetivos e métodos**

O estudo realizado procurou compreender o apoio que jovens grávidas/mães receberam dentro e fora da escola, a partir da perspectiva das próprias garotas e a partir do que pensam professoras de escolas públicas. Dessa forma, o debate trazido nesse TCC objetivou trazer elementos para compreender melhor a maternidade em período escolar e, em particular, o apoio fora escola para a vivência da maternidade e para a consecução dos estudos. Por fim, partindo do repertório das experiências e projetos de vida de garotas-mães, colaborar para o debate sobre estratégias e políticas de permanência estudantil.

A metodologia utilizada na pesquisa foi do tipo qualitativa por privilegiar a compreensão dos significados, perspectivas, valores, crenças e atitudes dos sujeitos da investigação a partir do seu pensar, sentir e agir, tendo como pano de fundo o contexto e a realidade de vida desses indivíduos.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21)

A pesquisa procurou abordar as interlocutoras e apreender sua realidade e os sentidos que elas próprias atribuem à gravidez e maternidade no período escolar, valorizando suas experiências e percepções. Por isso, a escolha em utilizar o procedimento de entrevistas semiestruturadas, lançando mão da coleta e análise de dados com o objetivo de melhor dimensionar os problemas e questões sobre os quais a pesquisa se debruça.

As entrevistas foram realizadas a partir de um roteiro semiestruturado (Anexo A), um método que possibilita abertura para construção de novas questões a partir das respostas dos/as próprios/as interlocutores/as. O que exige maior eficiência na exploração da realidade pelo/a

entrevistador/a. A entrevista é considerada “uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica; proporciona ao entrevistador, verbalmente, a informação necessária” (LAKATOS & MARCONI, 2003, p. 222). As entrevistas semiestruturadas foram gravadas e também registradas sob a forma de diários de campo a partir dos encontros singulares com as jovens e professoras participantes do estudo. Foram realizadas para produção de um material de campo com potência para responder aos objetivos do estudo e sua realização possibilitou apreensão das vivências colocadas pelas jovens, suas trajetórias escolares e de vida, assim como permitiu apreender as percepções das professoras.

Para cumprimento das etapas de pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico nos portais *Scielo* e *Google Acadêmico* realizado a partir dos seguintes descritores: gravidez e adolescência, gravidez e apoio familiar, gravidez na adolescência e políticas de permanência estudantil, gravidez e gênero, gravidez na adolescência e docentes, gravidez na adolescência e direitos sexuais e reprodutivos. Também foram lidos capítulos de livros, assim como documentos e políticas relacionadas à adolescência, juventude, saúde e direitos sexuais e reprodutivos, tal como o Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como também, a Constituição Federal Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e Estatuto da Juventude.

## **1.2 Descrição do trabalho de campo**

A partir das atividades realizadas pelo projeto de extensão Juventudes e Funk junto a escolas públicas da Baixada Santista, foi feito um mapeamento de jovens grávidas ou mães e também dos/as possíveis professores/as que poderiam ser entrevistados/as, a partir do contato com algumas interlocutoras-chave (ex-estudantes da escola, professores/as já conhecidos/as) estabelecido a partir do referido projeto de extensão.

Depois do mapeamento, a interlocutora-chave fez contato com as jovens, para consultar sobre a possibilidade de passar contato para pesquisadora. Depois de cumprida essa fase e de posse dos contatos, a pesquisadora fez o primeiro contato com as jovens-mães, professoras e coordenadora pedagógica foram através de e-mail e aplicativos de mensagens. A jovem entrevistada do Guarujá e também as professoras foram contatadas a partir do contato realizado por conta das outras pesquisas em andamento na escola.

Assim, após a primeira aproximação e convite direcionado às jovens e professoras, foram marcados encontros individuais com o objetivo de fornecer informações detalhadas sobre a pesquisa, agendar ou realizar a entrevista. Antes das entrevistas, a pesquisa foi apresentada e discutida com as participantes para sanar dúvidas das interlocutoras, informar sobre o Termo de Assentimento e Consentimento Livre e Esclarecido e definir os locais para a realização das entrevistas, de acordo com as possibilidades das mesmas. A organização dos encontros seguintes foi feita diretamente com cada participante, via aplicativo de mensagens, buscando sempre atender à disponibilidade de horário e dia de cada interlocutora. Os locais onde foram realizadas as entrevistas foram indicados pelas próprias entrevistadas, afim de proporcionar uma melhor adequação à dinâmica de vida das interlocutoras. A duração das entrevistas variou, em média, entre 30 e 60 minutos.

As jovens mães foram entrevistadas no período vespertino e todas realizadas em seus respectivos domicílios, possibilitando maior aproximação com a realidade dessas jovens e da própria condição materna. As duas professoras e a coordenadora escolar foram entrevistadas no período matutino, na escola onde trabalham.

### **1.2.1 Aspectos Éticos**

No que se refere à conduta ética, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa em Seres Humanos, via Plataforma Brasil, sendo aprovado sob o número CAAE 74573417.2.0000.5505. A participação das interlocutoras no estudo foi antecedida da leitura e assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido pelas participantes e também pelos responsáveis legais, no caso das jovens-mães com menos de 18 anos (Anexos B e C).

### **1.3 Procedimentos de Análise**

As entrevistas foram transcritas na íntegra e junto com material registrado nos diários de campo foram submetidas à análise a partir de estudos teóricos da temática em tela. A partir da leitura da transcrição das entrevistas foi realizada análise do conteúdo que levou à definição de eixos analíticos que pretenderam dar conta dos objetivos do estudo, em que se utilizou de um quadro de apoio para análise do material de campo a partir de fragmentos das entrevistas que compunham a própria definição dos eixos de análise lidos a partir dos referenciais teóricos que fundamentam os temas-guia trabalhados, objetivando relacionar juventude, gravidez,

maternidade, rede de relações e escola que permitiram nesse TCC resultar nos capítulos descritos abaixo:

a) *Rede de apoio em torno da gravidez, relações afetivas e gênero* onde se discutiram as relações e a gravidez a partir da perspectiva de gênero;

b) *Gravidez e maternidade na escola: questões das relações estudante-docente e de permanência estudantil* onde foram discutidas as percepções sobre a relação estabelecida entre professores/as e estudantes grávidas/mães e também com a gestão escolar na escola, considerando projetos de futuro;

c) *Sexualidade e Reprodução: jovens como sujeitos de direitos* onde se discutiu a saúde sexual e saúde reprodutiva como direitos e alguns aspectos da influência religiosa nas políticas públicas educacionais como um obstáculo na atuação profissional docente.

#### **1.4 Universo estudado**

Foram realizadas 3 entrevistas com jovens mães, duas entrevistas com professoras e uma entrevista com coordenadora, todas de uma escola pública da rede estadual do Guarujá. Todas as jovens entrevistadas tiveram a gestação em período escolar, ainda que em diferentes momentos e escolas. As 2 docentes entrevistadas e também a coordenadora escolar foram convidadas porque tinham tido contato com adolescentes grávidas e se dispuseram a participar e, na época da pesquisa, trabalhavam na mesma escola, no Guarujá.

As jovens entrevistadas são de classe baixa e as escolas onde estudavam ou estudam, localizadas em bairros pobres. As jovens moradoras de Santos, estudavam em escola de região periférica próxima a região portuária, formado por construções antigas em péssimo estado de conservação. A escola em que as professoras e coordenadora pedagógica atuavam e onde estudou a jovem entrevistada do Guarujá localiza-se em uma região periférica, próxima aos morros e, ao mesmo tempo, próxima da orla.

A primeira entrevista foi com Bianca<sup>2</sup> que tinha dezesseis anos e é mãe de um menino de 1 ano de idade. Residia e estudava na cidade de Santos em região periférica da cidade. No momento da entrevista não estava trabalhando, mas mostrou-se bastante preocupada com essa condição. A casa onde morava era própria e grande, com aspecto de construção antiga. A mãe

---

2

Os nomes utilizados são fictícios de forma a garantir sigilo e anonimato.

é falecida e ela mora com o filho e com seu pai que é quem mantém a casa, com renda de um pequeno comércio, localizado na parte inferior da residência.

Pamela, a segunda entrevistada, tinha 17 anos, mãe de um menino de 3 anos de idade. Residia na mesma região de Bianca e estudava na mesma escola. Na sua casa moravam, além dela e do filho, sua mãe, o irmão e avós. A casa onde viviam era alugada e relativamente grande. A renda da casa provinha do trabalho da mãe e da própria jovem que é recepcionista em uma loja de decoração de interiores. Pamela mantém pouco contato com o pai de seu filho e com os avós paternos dele. Essa situação se dá por conta dos julgamentos da família dele ocorridos durante a gestação.

Catarina tinha 21 anos, mãe de um menino de 3 anos. Era estudante universitária e residia na cidade do Guarujá, em região periférica formada por construções desregulares, sem saneamento básico e sem pavimentação nas ruas. A casa onde morava era alugada e pequena. Morava com o companheiro e a renda familiar provinha do trabalho de ambos, que eram classificadores de grãos. A jovem cursava tecnologia em logística e pretendia casar com o atual companheiro. Tinha planos também de construir sua casa em um terreno cedido pelos sogros na cidade de São Vicente e ter mais um/a filho/a.

A primeira professora a ser entrevistada foi Maria que trabalhava como docente na rede pública há 20 anos. Residia na cidade do Guarujá e se considerava uma docente rígida e exigente. Ela atuava em duas escolas da rede pública, sendo uma em Cubatão e a outra no Guarujá. Pontuou que faltava investimento por parte do Estado na educação e que esse seria o maior desafio no exercício da profissão.

Fernanda, segunda professora entrevistada, era docente há 25 anos, tendo atuado na rede privada por 10 anos e, nos últimos 15 anos, na rede pública. Considerava que o mais interessante na profissão seria a troca de energia e o aprendizado de todos os dias. Considerava que havia falta de investimento na educação e que, justamente por isso, não poderia desistir da profissão.

Ester, docente há 20 anos, residia no Guarujá e também tinha começado sua carreira profissional na rede privada. Entretanto, já estava na rede pública há 18 anos, e exercia a função de coordenadora pedagógica há 8 anos. Destacou que acompanhar a evolução dos/as alunos/as seria o mais interessante na profissão. Também considerava haver falta de investimento por parte do Estado como um desafio.

## CAPÍTULO 2      Rede de apoio em torno da gravidez, relações afetivas e gênero

### 2.1      O círculo de amizades

A partir da realização da pesquisa de iniciação científica em que se investigou sobre algumas dimensões da gravidez e da maternidade durante o período escolar e sobre os significados trazidos pelas próprias jovens que viviam a dupla condição mães e estudantes foi possível entender a importância do círculo de amigos/as. As jovens entrevistadas pontuaram que na altura da vida em que se encontravam, o círculo de amizades era muito colado ao cotidiano da escola e todas relataram não possuírem muitos/as amigos/as. Mesmo assim, contaram que durante a gestação, parte dos/as amigos/as se sensibilizaram com a condição delas e ofereceram apoio para realização das atividades escolares. Esse apoio por parte dos/as amigos/as foi compreendido por elas como um apoio afetivo que necessitavam ter durante a experiência da gravidez e que deveria, de acordo com elas, se dar dentro e fora da escola.

*(...)eu tive muito apoio das minhas amigas que hoje em dia eu não tenho contato, mas eu tive muito apoio dos meus amigos” (Pamela, 17 anos, filho de 3 anos, estudante, Santos.)<sup>3</sup>*

*“Quando chegava lá (escola), eles (amigos) alisavam minha barriga, brincavam comigo, sabe? Não me deixavam sozinha em nenhum momento. Eles ficavam comigo o tempo todo. ” (Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá)*

Um outro aspecto que surgiu como condicionante para o apoio afetivo durante o período gestacional dessas garotas seria o tipo de relação que as jovens mantinham com os pais de seus filhos, quando engravidaram. O tipo de relação, de acordo com as entrevistadas, interferiu na aceitação da gravidez por parte dos/as amigos/as.

*(...) tipo assim, da minha parte, não teve muito preconceito porque tipo, eu já tava com o pai dele há um tempo, todo mundo via que eu tava com ele. Mas tinha um pessoal lá que fica*

---

3

Todos os nomes utilizados nos fragmentos de falas para análise dos resultados e discussões são fictícios afim de preservar a identidade das interlocutoras.

*om um, fica com outro: “Ah! são vagabunda, não sabe nem quem é o pai”. (Pamela, 17 anos, filho de 3 anos, estudante, Santos)*

No estudo realizado por Heilborn (2006), com as entrevistadas afirmaram que quando a gravidez era proveniente de uma relação sem vínculos, sem compromisso, relação do tipo “ficar” costumava não ter uma boa aceitação pelo círculo de amizades da escola. Explicitando que a gravidez na adolescência é “apoiada” pelos amigos/as quando oriunda de um relacionamento percebido como sério, quando acontece com o namoro. Assim, ressalta-se que mesmo que “ficar” também seja uma forma de se relacionar afetivamente sem vínculos e perspectivas de reencontro, por conta das expectativas de gênero, particularmente para o comportamento de mulheres, o “ficar” implica em atitudes e qualidades que colocam a mulher em uma situação mais vulnerável a julgamentos morais (HEILBORN, 2012). O trabalho de pesquisa realizado para esse trabalho também mostra, tal como na pesquisa citada, que o namoro tradicional permanece estruturando as relações sexuais entre jovens.

Além disso e concordando com Pantoja (2003), a gravidez e a maternidade podem manter uma estreita ligação com o contexto afetivo em que ela ocorre e, principalmente, com o fato de o parceiro assumir ou não a paternidade. Aqui também podemos explicitar percepções de gênero acerca do que é construído socialmente, há uma expectativa social para que se garanta gestos e comportamentos específicos para homens e mulheres. Para os homens são reservadas expectativas que não deixem dúvidas de sua masculinidade. No entanto, para as mulheres, é reservada a administração dos avanços masculinos para garantir a reputação “de moça de família ou mulher honesta” perante os homens e sociedade em geral (HEILBORN, 2012; NEIVERTH, 2003).

Entretanto, após o nascimento de seus filhos, as garotas entrevistadas relataram terem percebido um afastamento por parte dos/as amigos/as, identificando que a relação de amizade sofre um rompimento nessa nova situação. Essa situação potencializa a percepção de que a maternidade experimentada pelas entrevistadas é solitária. Além da condição de solidão, as jovens entendiam que o cotidiano vivido era preenchido apenas com as tarefas domésticas, escolares e com os cuidados com filho.

*“Não tenho muita amizade (...) bastante amizade se afastou também. Mas na escola é mais pela mudança de período porque a maioria que eu conhecia antes de ter o Pedro e depois, são tudo do período da manhã.” (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos)*



*“(...) sou cismada com todo mundo. (...)eu sei que mais na frente ela [amiga] vai se afastar. Então, pra vir na minha casa, não tenho. Para contar nas horas difíceis, também não tenho. ” (Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitário, Guarujá)*

*“(...) acabou se afastando, mas tem uma ou outra que eu ainda falo. Não muito, é tipo “Oi, tudo bem? Quanto tempo! Isso é o máximo. ” (Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos)*

Aquino et al (2006) realizou estudo com 674 jovens mulheres com idades de 18 a 24 anos, das quais 72,1% delas relataram a diminuição do convívio com amigos/as após o nascimento da criança, algo que não acontece com a sociabilidade dos jovens pais, ou seja, os rapazes não diminuem o convívio com amigos em função do nascimento da criança.

## **2.2 Relacionamento afetivo: o pai da criança**

No que se refere à paternidade, a pesquisa pode trazer elementos para a reflexão apresentada nesse TCC sobre questões da paternidade. Entre as jovens entrevistadas, 2 relataram ter contado com apoio do pai da criança, pois estavam em uma relação fixa na época em que engravidaram. A entrevistada que não obteve esse tipo de apoio, havia engravidado em uma relação eventual. De qualquer forma, todas entrevistadas relataram, em algum momento, descontinuidade da relação afetiva com o pai da criança. Após o nascimento da criança, foi comum na trajetória das 3 jovens, a escassez da participação paterna. A ausência da responsabilidade paterna foi explicada pelas participantes do estudo – jovens e educadoras – pela existência de maior senso de responsabilidade nas meninas, a quem se atribui uma maturidade precoce. Cabe aqui mencionar, que tanto as jovens quanto as profissionais da educação (professoras e coordenadora) entendem que a mulher "amadurece mais cedo" e ressaltam a falta de responsabilidade por parte dos jovens garotos. Como veremos nos trechos abaixo:

*“Sabe aquele ditado que mulher amadurece mais rápido que o homem? Então, eu comecei a ver que realmente isso é verdade. (...) acho que ele não criou responsabilidade suficiente que eu criei. Aí ficou mais difícil a convivência com ele. Hoje em dia a gente não tem uma boa convivência, a gente só se fala quando é necessário. Eu evito porque eu me estresso,*

*sabe? É uma falta de responsabilidade imensa para uma pessoa que tem 21 anos nas costas. ” (Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos)*

*“E eu vejo assim, claramente, que o menino não tem noção de nada, de nada! A vida dele não mudou em nada. Porque geralmente a menina fica grávida muito jovem, mas o pai também é muito jovem, e o menino amadurece muito mais tarde do que a menina. ” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá)*

*“Os meninos são mais imaturos, porque no homem a faixa etária de maturação é bem mais baixa do que as meninas. Então eles não têm compromisso, para eles foi uma transa que deu em filho, mas ele não vê aquilo como um filho, né. ” (Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá)*

A percepção sobre a paternidade mostrara-se atrelada às percepções de gênero construídas socialmente acerca do que é ser menino e menina, ainda que tenha havido uma referência ao processo de maturação vinculado à faixa etária como sendo diferente para homens e mulheres. Entende-se aqui que o sexo diz respeito ao biológico, portanto, diz respeito a genitália, condição esta, que pode ser alterada e “gênero diz respeito à construção social do ser homem e do ser mulher, ou da masculinidade e feminilidade” (POUGY, 2017, p.146). Geralmente, associa-se à figura feminina representações de docilidade e fragilidade e, como contraponto, associa-se à figura masculina representações de virilidade e força. Entretanto, quando a questão é gravidez, se toma aqui a essencialização sobre o corpo que gera (da mulher com útero) como aquele que amadurece antes. A percepção do homem como “imaturo” serve para reforçar ainda mais a essencialização da maternidade, fazendo com que recaia sobre elas a responsabilidade pelos cuidados com a criança:

[...]cuidar do filho continua socialmente sendo uma questão feminina, permanecendo uma naturalização da maternidade e um estranhamento da paternidade, mormente quando se trata de questões como tutela, cuidado e educação (DIAS & AQUINO, 2006, p.1454).

As expectativas afetivas dessas garotas são pautadas exclusivamente no vínculo conjugal, que segue um modelo que vincula prática sexual ao afeto, perseguindo a ideia de um relacionamento pautado na expectativa do amor romântico que inclui estabilidade, morar junto e constituir o lar como unidade familiar. (HEILBORN et al, 2006)

“Eu sempre quis ter um marido, sempre quis ter uma casa, sempre quis...” (*Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá*)

“A gente vai reformar a casa, vai ver se vai dar para morar junto mesmo...até lá, espero que sim.” (*Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos*)

### 2.3 O apoio familiar

Para discutir sobre o apoio familiar foi preciso levar em consideração que ainda existe um tabu entre as famílias no que diz respeito à sexualidade. Nas relações entre pais, mães e filhos, falar abertamente sobre sexo ainda é fortemente visto como um comprometimento do respeito entre gerações (HEILBORN, 2012). Neste contexto, observa-se a necessidade de os jovens terem um nível de diálogo mais satisfatório no ambiente familiar, no que se refere a questão da sexualidade, visto que, o tema basicamente fica restrito a prevenção da gravidez não planejada (DADOORIAN, 2000; ESTEVES, 2017).

Frente a notícia da gravidez, foi comum uma reação inicial de não aceitação da gestação pela família, explicitando reações familiares que tendem a ser contraditórias, sendo pertinente o conflito do sentimento de revolta, abandono, e aceitação do “inevitável” (LIMA et al 2004).

*“Minha mãe surtou, jogou telefone, jogou vaso, jogou tudo. Aí foi buscar o pai dele [do filho], queria bater no pai dele. Minha mãe surtou. Ela ficou muito brava. (...) Nossa, ela falou um monte: “Vocês vão se virar” “Vocês que se virem” (...) agora ta aí, baba até hoje. Eu tive bastante apoio para estudar, mas era um pouco difícil porque minha avó trabalhava, minha mãe trabalhava. Então não tinha quem ficasse com meu filho. (Pamela, 17 anos, filho de 3 anos, estudante, Santos)*

*“Minha mãe foi criada assim, ela engravidou e minha avó colocou ela pra fora e obrigaram ela a casar com meu pai. Então, ao ver dela [mãe], ela teria que fazer a mesma coisa comigo. Tanto é, que falaram pra ela e ela não fez nada, só me manteve mesmo lá na casa dela. Mas aí ela começou a me ignorar dentro de casa, não falava comigo, parecia que eu não estava dentro de casa. Mas a mãe do pai dele [filho], ela falou para eu não parar de estudar e que se eu quisesse ela olhava. Ela [avó paterna do bebê] olhou o tempo todo, o tempo que eu*

*trabalhava, o tempo que eu estudava.” (Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá)*

*“(...) meu pai no começo, quando descobriu, nunca foi de: “Ah! Meu neto”, porque ele ficava chateado ainda. (...) falou que não ia me apoiar em nada, que não ia ajudar. No dia que o Pedro nasceu, ele estava chorando e quando meu pai foi me visitar, meu pai começou a chorar junto. Ficou cantando pelo quarto a noite toda. Todo feliz pelo neto. Então, até hoje em dia, os dois são grudados. (...) Se ele não tivesse enchido meu saco para eu continuar a estudar, provavelmente eu iria ficar um ano e meio sem estudar. (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos)*

A inicial não aceitação familiar está fortemente relacionada a reação de surpresa frente a uma gravidez fora de contexto, com fatores sociais específicos, como a dificuldade de subsistência oriunda da baixa renda familiar. (LEVANDOWISKI et al 2008). Após esse primeiro momento, a gravidez é acolhida pelo núcleo familiar e passa a ser vivida por toda família. (DADOORIAN, 2003).

De acordo com as jovens participantes do estudo sob o qual esse TCC se debruça, durante a gestação e após o nascimento da criança é a família materna ou paterna que ofereceu suporte para a continuidade da vida escolar dessas jovens, tal como discutido a partir do resultado de outras pesquisas:

São promovidas adaptações, reajustes frente à chegada do neto, mas há um compromisso fundamental entre pais e filhos no sentido da manutenção do projeto de individualização juvenil, tal que ele vinha sendo delineado antes da gravidez. Embora a gravidez na adolescência seja um evento que acarrete profundas alterações na vida dos envolvidos, em distintos segmentos sociais, não há uma ruptura ou inflexão significativa nas trajetórias juvenis analisadas. Apesar das dificuldades, o apoio parental busca preservar o projeto de individualização dos filhos. (BRANDÃO & HEILBORN, 2006, p. 7)

As concepções sobre a vivência da gravidez e maternidade entre as jovens entrevistadas estão fortemente relacionadas ao apoio dos/as amigos dentro e fora da escola e ao apoio recebido por parte da família. Além disso, gravidez e maternidade são remetidas ao tipo de relação afetiva mantida com o pai da criança, o que interfere na forma como se dá aceitação e apoio dos/as amigos/as. Como veremos no trecho baixo:

“Aí fulano é teu, é teu” “Vai nascer com a cara de fulano” (...) me zoavam bastante dessa forma” (*Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá*)

O principal apoio afetivo e financeiro é o familiar que se constitui posteriormente, depois de uma não aceitação inicial da gravidez e o que permite a continuidade na escola. Apesar disso, para as entrevistadas, após nascimento da criança a experiência da maternidade apresenta-se como “solitária” porque implicou no afastamento de circuitos de lazer comuns nesse período da vida e delimitou as atividades de rotina delas aos afazeres domésticos, em torno da maternidade. A participação paterna nesse processo apareceu como sendo insignificante e algo que já era esperado por elas. Os significados em torno da paternidade foram definidos pelas percepções de gênero acerca do que era esperado para a condição de ser mulher e homem na sociedade. Com efeito, compreender os sentidos atribuídos à maternidade e entender como se constituem as relações de apoio, incluindo os desafios vividos para a vivência da gravidez e da maternidade fora da escola é de fundamental importância para compreensão da juventude e da realidade de instituições escolares diante dos direitos sexuais e reprodutivos de jovens.

## **CAPÍTULO 3      Gravidez e maternidade na escola: questões das relações estudante-docente e de permanência estudantil**

### **3.1      As professoras: entre experiências e sentidos**

As percepções das professoras sobre a gravidez na adolescência, a partir das suas experiências como docentes, estavam pautadas por uma visão negativa sobre o fenômeno. Tal como discutido por alguns autores, a gravidez apresentou-se como sendo algo capaz de aniquilar as possibilidades de “ser alguém” na vida. De acordo com Oliveira (2008):

“estabeleceu-se uma ideia implícita de adolescência na qual a gestação não está incluída como experiência normativa. Pelo contrário, ela é vista como um desvio de percurso, um evento supostamente não desejado pelas adolescentes e cujas consequências frustram o que seria considerada uma “boa” adolescência” (apud, TEIXEIRA et al., 2010, p.124)

Entre as educadoras que participaram do estudo, foi comum a percepção de que a gravidez nesse momento da vida foi qualificada como “perda” de coisas que as garotas ainda não viveram. Para se dedicarem ao cuidado do filho, seria necessário deixar de fazer coisas consideradas mais adequadas/esperadas – estudar e trabalhar, por exemplo – para esse momento da vida que, de certo modo, consideravam incompatíveis com a maternidade. A jovem “perde parte da vida” para garantir “o cuidado de um ser”. Além disso, ao desviarem do percurso esperado, envolveram muitas pessoas no enredo.

*“Eu fico tão triste! Triste mesmo! (...) eu acho que a adolescente está perdendo uma parte da vida, está perdendo experiências, porque ela vai ter que deixar de viver o que ela poderia viver para cuidar de um ser, de uma criança. (...) é ridículo dizer isso, mas ela me decepcionou, é uma aluna que eu esperava que... Nossa! Fosse fazer tanta coisa da vida, ela tinha tudo. Tinha tudo pra ser alguém na vida, pra ir pra onde quisesse; e agora está grávida” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“O que eu penso é uma criança cuidando de uma outra criança, né! Então se não tiver estrutura em casa dos pais, porque a grande maioria não tem, é muito difícil. É um problema pra todo mundo! ” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá-SP)*

A gravidez, portanto, foi associada à perda de uma parte da vida, à perda de experiências e entendida como um problema para todo mundo, acrescido dos riscos de uma gravidez em um

corpo ainda não amadurecido (nomeada “gravidez de risco”) no caso das mais jovens. A gravidez na adolescência é tornada um problema que se constrói e se reproduz num processo contínuo das representações em torno do que é considerado problema e do que se entende por adolescência e aquilo que se espera socialmente nessa fase.

Dentro dessa lógica, a gravidez na adolescência seria uma experiência indesejada, dado que restringiria as possibilidades de exploração de identidade e de preparação para o futuro profissional. Em função disso, a gravidez na adolescência passou a ser vista como uma situação de risco biopsicossocial, capaz de trazer consequências negativas não apenas para as adolescentes, mas para toda a sociedade. Tornou-se, por isso, um problema social e de saúde pública. (DIAS & TEIXEIRA, 2010, p.124)

A percepção da adolescência como um período de vida em que a pessoa não tem senso de responsabilidade, não sendo autossuficiente para tomar decisões e que não pouco possui maturidade para cuidar de uma criança, apresentou-se também nas falas das professoras:

*“Outro dia eu li no Facebook, tenho vários alunos no Facebook, e tem uns três anos, uma das alunas que teve bebê – só não foi minha aluna, mas ela colocou: “Não fale de mim, eu sou muito mulher para cuidar do meu bebê”. Não, não é! A mãe é muito mulher; a mãe dela é muito mulher para assumir ela e o bebê dela. Ela não é, [ela] é uma criança!” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“É uma criança! Eles não têm noção nenhuma de responsabilidade em relação a isso.” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá-SP)*

As professoras demonstraram entender a adolescência muito mais próxima da infância e também como um período de passagem para vida adulta. Parece que a categoria aluna seria incompatível com a maternidade por sugerir a categoria criança como sujeito. Além disso, a maternidade nesse período não permitiria que essa fase de passagem da infância para vida adulta pudesse ser realizada de maneira adequada, é lida como um desvio nesse percurso esperado.

### **3.2. Relação entre estudantes e professoras e o apoio institucional da escola**

Ainda que as professoras demonstrassem concepções que concebem a gravidez como algo capaz de aniquilar o futuro das adolescentes, por ocorrer em uma fase da vida considerada

problemática, onde são vistas como irresponsáveis, elas relataram ter lidado com essas situações de forma solidária, compondo um esforço coletivo, reconhecido pelas jovens, na escola para que essas garotas continuassem estudando, além de reconhecerem as limitações institucionais de promover a permanência:

*“E assim, nós tínhamos um diretor que acolhia essas meninas, assim antiga quinta série, oitava série, nono ano, então a sétima série, agora de quinto ao nono ano né. (...) E, o que ele fazia na época, era que elas não parassem de estudar. (...)então o que acontecia... trazia o bebê para cá, a adolescente trazia o bebê. (...)isso continuou por um bom tempo, depois mudou um pouco porque uma outra gestão. E já não era mais permitido o pai ou a mãe trazer.”*  
**(Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)**

*“Existe legislação que garante que ela possa estudar em casa (...) Mas a política que tem é só ela ter direito de fazer as atividades em casa e a licença maternidade. ”* **(Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá-SP)**

*“Ela falava: “Agora vocês sabem que é uma responsabilidade a mais”, “Mas vocês não podem largar os estudos” “O que eu puder te ajudar, eu ajudo”. Ela passava matéria para mim pelo Facebook, pra mim ir estudando para fazer a prova. ”* **(Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos-SP)**

*“As mulheres [professoras], em geral, acabavam me dando mais suporte, mais apoio do que os homens que tinha lá [escola] Falavam que era difícil, mas que eu tinha que continuar (estudos) e não parar porque senão aí eu não poderia dar um futuro melhor, que eu tinha que continuar correndo atrás, e era isso que me alimentava todo dia em ir para escola. ”* **(Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá)**

A escola promove, principalmente pelas estratégias criadas pelas/os educadores/as, apoio para a estudante, buscando garantir a permanência durante gestação e após licença maternidade. As entrevistadas reconheceram que garantir a licença maternidade seria insuficiente para uma política de permanência estudantil. Cabe aqui apontar que, apesar da dificuldade dos/as professores/as e da gestão escolar em conciliar as normas escolares com a



condição de grávida ou de mãe, conseguem lançar mão de esforços para que as estudantes não sejam reprovadas.

Mesmo que estas estratégias não tenham sido consideradas suficientes para atender as demandas, de acordo com as jovens-mães entrevistadas, foram reconhecidas pelas educadoras entrevistadas como necessárias e também apontaram a necessidade de pensar e criar projetos que apostem em políticas públicas que possam atender às necessidades dessas estudantes, principalmente, no que se refere à permanência estudantil.

Ainda que haja orientações e princípios na legislação brasileira sobre acesso e permanência na escola por parte de estudantes grávidas e mães, a desigualdade de condições para o acesso e permanência na escola, como já apresentado na introdução desse trabalho e reforçada pela experiência vivida por cada uma das jovens estudantes entrevistadas, parece ir na contramão das normativas e princípios em vigência.

O conteúdo das entrevistas realizadas pela pesquisa que serviu de base para esse TCC revelou que as maiores dificuldades encontradas pelas jovens, para permanência na escola, estavam relacionadas com a dificuldade de serem reconhecidas pelos/as agentes da educação e, portanto, pela própria escola, como estudantes que também estavam na condição de cuidadoras, responsáveis pelo cuidado de crianças. Ser aluna “menor de idade” segue sendo incompatível com a condição de mãe e acaba tornando-se um problema concreto para a estudante-mãe conseguir fazer conciliar a sua dupla condição:

*“A gente não é muito levada a sério, principalmente as que são mães (...) se caso eu falar que está tendo alguma coisa na creche do meu filho e eu tenha que sair cedo, eles não me deixam sair cedo, nem se ligar pro meu pai, não deixa! Então, o ruim é isso” (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos-SP)*

*“Eles não deixam. Falam que pelo fato de eu ser de menor, eu não posso. Teve uma vez que minha mãe teve que sair do trabalho dela pra ir me buscar para mim poder levar ele no médico, porque ele estava com febre. ” (Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos-SP)*

Assim, as condições relatadas acima podem acabar favorecendo a descontinuidade dos estudos, ao mesmo tempo que alertam para a necessidade de compreender o contexto da vivência da maternidade durante o período escolar. Apontar que a gravidez e maternidade estão associadas com “alta taxa de reprovação e abandono escolar” sem

compreender a vivência, as necessidades e as possibilidades das jovens pode ser insuficiente para entender a gravidez nessa fase da vida (KNAUTH et al 2006, p. 409).

No que se refere à política pública de permanência estudantil em vigência, identificou-se haver conhecimento por parte das docentes, pelo menos de alguma parte do processo, ainda que reconhecendo uma distância entre a legislação e seu papel cotidiano como docente, como responsável pelo “pedagógico”.

*“(...)a política que tem é só ela ter direito de fazer as atividades em casa e a licença maternidade, só. ” (Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“O pedagógico nós damos, é lei. (...)o nosso papel é só o pedagógico que está na lei. Não há projeto é só o que está na lei. ” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Olha geralmente os nossos alunos aqui eles tiram o direito que eles têm de três meses.” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Ah! Eles ajudaram, acho que é por lei, né! Os três meses em casa para a maternidade, mas foi só também. ” (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos-SP)*

O material coletado com o trabalho de campo realizado pela pesquisa explicitou que apesar do que apresentam os conteúdos da Constituição Federal, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), do Estatuto da Juventude (EJ) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que trazem em suas bases o princípio básico da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o conjunto de normativas e diretrizes e, especificamente a LDB, não contém especificidades pedagógicas para a permanência estudantil, além de não criar condições materiais objetivas para compatibilizar a condição de mãe e estudante, como por exemplo, orientar para a possibilidade de organizar horários alternativos, garantir acesso à creche, criar espaços dentro da escola para filhos/as das estudantes, entre outras possibilidades que poderiam compor políticas de permanência.

Nesse sentido, tendo em vista o interesse em considerar as possibilidades de pensar em mais estratégias que possam ser executadas pela escola, no sentido de favorecer a permanência

estudantil, as jovens entrevistadas apresentaram algumas propostas. Uma proposta bastante importante, foi a de elaboração de projetos singulares para a estudante-mãe, com participação de todo corpo docente, com possibilidade de horários alternativos (sair mais cedo, entrar mais tarde, compensar saídas por demanda de creche/adoecimento, poder frequentar a escola em horários alternativos etc), que ao garantir a especificidade da dupla condição – estudante-mãe – daria mais condições para não haver prejuízo do conteúdo. Sugeriram também a criação de espaços dentro da própria escola que permitiria que as mães pudessem levar e deixar seus filhos ou que a escola pudesse trabalhar no sentido de garantir vagas em creches municipais.

*“Acho que talvez um projeto com todos os educadores envolvidos. Eu creio que esse projeto não é inviável. ” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Então, participar de uma aula com uma criança, ninguém tá preparado. Se tivesse tipo um berçário dentro da escola com uma monitora para ficar com a criança, na hora da matrícula: “Tem filho? Qual sua condição? ” Preparar a escola antes de receber o aluno. ” (Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitário, Guarujá-SP)*

*“Acho que se a gente tivesse um local, se pudéssemos levar junto igual antigamente. Eu conheço muita gente que para de estudar porque não tem com quem deixar. ” (Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos-SP)*

*“O ideal seria que elas pudessem vir a qualquer hora do dia para estudar, ter um apoio. Mas infelizmente não temos. ” (Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá-SP)*

Os resultados da pesquisa apontaram para a imprescindibilidade de projetos para a permanência estudantil que considerem a dupla condição de estudante e mãe (e também de pai, ainda que não tenha sido enfatizado pelas participantes do estudo). Nesse sentido, parece ser necessário repensar as políticas para a juventude fazendo-se valer o disposto no Estatuto da Juventude que assume que o/a jovem tem direito à saúde e à qualidade de vida, considerando suas especificidades na dimensão da prevenção, promoção e proteção, no que se refere aos

direitos reprodutivos (Brasil, 2013), o que deveria incluir, portanto, a possibilidade de uma gravidez ocorrida durante período escolar. Dessa forma, as políticas poderiam corresponder às expectativas das jovens em relação a conclusão dos estudos almejando outras possibilidades de futuro a partir da maternidade.

### **3.3 Expectativas e projetos de vida**

As jovens estudantes que participaram do estudo demonstraram ter tido uma trajetória escolar que foi mantida durante a gravidez e também após o nascimento da criança. A continuidade é decorrente principalmente dos esforços de cada uma das jovens e da participação da família, que apostou na continuidade da vida escolar, apoiando e incentivando.

Em torno da escola as expectativas das jovens estão relacionadas diretamente com a experiência da maternidade, ainda que a gravidez não tenha sido planejada. A condição de se tornarem responsáveis por uma criança trouxe uma nova perspectiva de vida para as jovens. A partir dessa nova condição, as jovens parecem ter se concentrado na busca por um futuro melhor que se materializa no esforço para a conclusão dos estudos, seja o término da faculdade para a jovem de 21 ou a conclusão do ensino médio, incluindo ingresso em uma universidade posteriormente para as outras duas jovens.

*“Eu penso em fazer uma faculdade (...) Mas essa questão de fazer uma faculdade e ter um bom estudo é para conseguir um emprego e ter o melhor para ele. ” (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos-SP)*

*“É necessária pra todo mundo porque hoje em dia com estudo já fica difícil, imagina sem. (...) Então eu pretendo fazer uma faculdade de enfermagem, pretendo dar uma estrutura melhor e um futuro melhor pra ele. Não pra mim, mas pra ele. Pretendo me dedicar bastante nisso. ” (Pamela, 17 anos, filho com 3 anos, estudante, Santos-SP)*

*“Eu estudo, eu faço faculdade, faço tecnologia em logística, quero colocar meu filho em uma escolinha particular, quero colocar ele no futebol, natação, tudo que puder envolver ele, artes marciais. Eu quero colocar ele, porque a melhor coisa é você dar conhecimento, um ensino melhor. ” (Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá-SP)*

Portanto, a opção pela continuidade dos estudos significa manter firme o projeto de ser alguém na vida, almejando outras possibilidades para o futuro, reforçando que o estudo é o caminho para se alcançar um futuro melhor (PANTOJA, 2003). Contrariando, de certo modo, a lógica apresentada pelas professoras que demonstraram compreender que a gravidez e a maternidade na adolescência seriam um episódio aniquilador da possibilidade de “ser alguém” ou interferiria negativamente na preparação para um futuro profissional. Para as jovens participantes do estudo a vivência da maternidade não se configurou como algo que as impediriam de “ser alguém”, ainda que tenha se configurado numa condição que exigiu e exige mais delas cotidianamente e também um comprometimento maior com estratégias de futuro, como é o caso do investimento nos estudos e vai na contramão da lógica de que a maternidade é uma desqualificação social das mulheres. (VILLELA & DORETO, 2006)

Cabe aqui ressaltar que o investimento na escola e nos estudos representaria uma oportunidade, talvez a única, dessas jovens terem condições para tentar uma boa colocação no mercado de trabalho, uma exigência dada pela própria maternidade que as comprometem dada a responsabilidade de buscarem um futuro melhor para seus filhos e também para elas. Um dos aspectos mais importantes trazido para esse TCC a partir dos resultados da pesquisa é a importância de considerar as experiências dos/as jovens para pensar nas estratégias de permanência estudantil e na reformulação de políticas para atender suas necessidades e, principalmente, garantir participação efetiva deles/as em sua construção.

## **CAPÍTULO 4      Sexualidade e Reprodução: jovens como sujeitos de direitos**

### **4.1      Saúde, direitos humanos e vulnerabilidade**

O conceito de saúde sexual foi difundido pela Organização Mundial da Saúde (OMS) oficialmente no final da década de 90, mais precisamente no ano de 1998, entretanto, vinha sendo defendido desde a década de 50 nas primeiras Conferências Internacionais de População e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). A elaboração da saúde sexual, assim como da saúde reprodutiva, pode ser situada nas lutas de cunho individual e, ao mesmo tempo, social cujo objetivo foi a autenticação de garantias no que se refere aos direitos relativos ao exercício da sexualidade, reivindicações por políticas públicas que se desdobraram em demandas voltadas ao Estado. Temas como: sexualidade, infecções sexualmente transmissíveis (IST) e HIV/Aids, concepção e contracepção, pré-natal, parto e nascimento, puerpério e amamentação, aborto e violência sexual, estão inclusos no campo da saúde sexual e reprodutiva (BELLENZANI, 2012).

A Organização Mundial da Saúde definiu saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, não constituindo somente da ausência de uma doença ou enfermidade” (OMS, 2002, apud, Bellenzani, 2012, p. 461)), retirando a ideia de que saúde se restringia a ser “oposto de doença”, assim ampliando e imprimindo ao conceito de saúde uma maior complexidade, compreensões que perpassam pela trajetória histórica e política sobre saúde-doença, resultando na normativa de que assistência em saúde é um direito social. Sobre isso Bellenzani diz:

Se a saúde é um direito social, portanto, um direito humano, há a responsabilidade dos Estados em sua proteção e recuperação, mediante a criação de sistemas públicos de saúde. No Brasil isso se deu entre as décadas de 70 e 90, com os movimentos sociais em prol de diversas reivindicações no plano da cidadania, entre elas pelo acesso às ações e programas de saúde pública, que culminaram na aprovação de leis que instituíram nosso atual Sistema Único de Saúde, o SUS (2012, p.462).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos traz como alicerce em sua normativa jurídica e política o disposto no art. 1º “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”, reconhecendo os direitos civis (à vida, à integridade física, à segurança, à liberdade de ir e vir, ao tratamento digno, à igualdade, à não discriminação, a expressar opiniões, à propriedade, ao acesso à justiça); os direitos políticos (organizar partidos, votar, eleger representantes, ser votado); os direitos sociais (à educação, ao lazer, à cultura, ao trabalho, a um salário justo, à proteção social, à aposentadoria, à previdência social, ao atendimento de saúde e o acesso aos recursos para mantê-la) como direitos humanos. Bellenzani

(2012, p. 463) aponta que “esse conjunto de direitos, quando garantido, “na prática”, expressa que se convencionou chamar de cidadania plena ou condição de bem-estar social”.

No Brasil, os direitos civis, políticos e sociais, que incluem o direito a saúde, foram consolidados na Constituição Federal de 1988, referente a saúde o artigo 196 diz que: “(...) a saúde é direito de todos e dever do estado, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. ” (BRASIL, 1988)

Segundo o afixado na lei 8080 de 1990:

Art. 2º - A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

Art. 3º - A saúde tem como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais; os níveis de saúde da população expressam a organização social e econômica do País. (BRASIL, 1990)

No entanto, a produção social acerca do processo saúde-doença e saúde como um direito se dá a partir da evolução sobre a discussão da temática que rompe com explicações reducionistas e universalistas que tinham como base de fundamentação o nível biológico, válido em todos momentos históricos e para todas as pessoas, partindo para abordagens mais complexas, levando em consideração os aspectos psicossociais e os modelos socioeconômicos atuais, compreendendo o adoecer, não somente como um processo apenas de ordem biológica e fisiológica, mas como um processo que incorpora a historicidade e cultura de cada indivíduo, portanto, “é construído social e culturalmente, e tem multideterminação, ou seja, um fenômeno social, além de biológico” (BELLENZANI, 2012, p. 461).

Mas o pragmático discurso sobre doenças e problemas sócio sanitários na contemporaneidade são pautados no senso comum e, comumente, a eles não são incorporadas, por exemplo, as dimensões de nacionalidade, classe social, gênero ou etnia, trazendo a ilusória compreensão, quiçá ideológica, de que as pessoas em geral possuem iguais possibilidades de gozar de saúde, adoecerem e se recuperarem, bem como, de terem alguma qualidade de vida independentemente das concretas condições de vida. Assim, é preciso pautar que as populações submetidas à violação e não garantia de direitos, têm os piores perfis de saúde, sofrimento, doença e mortalidade (FRANÇA-JUNIOR & AYRES, 2003).

Sobretudo, tratando-se de sexualidade e especificamente da saúde sexual e reprodutiva precisamos entender o quadro das vulnerabilidades e seu diálogo com os direitos humanos, ou seja, entender que na medida que os direitos humanos não são protegidos e promovidos, quer pela ausência de políticas e programas, quer pelas práticas dos profissionais há maior a vulnerabilidade das pessoas. (BELLENZANI, 2012)

A vulnerabilidade, embora perpassasse por outros agravos em saúde, é um conceito trabalhado de forma robusta no campo da epidemia da Aids e da prevenção do HIV, grande acúmulo de pesquisas desenvolvidas e reflexões. Segundo Ayres e França-Junior (2003, p.123 e p.118), o conceito de vulnerabilidade pode ser resumido na:

[...] chance de exposição das pessoas ao adoecimento como a resultante de um conjunto de aspectos não apenas individuais, mas também coletivos, contextuais, que acarretam maior suscetibilidade à infecção e ao adoecimento e, de modo inseparável, maior ou menor disponibilidade de recursos de todas as ordens para se proteger de ambos [...] é aplicável, rigorosamente, a qualquer dano ou condição de interesse para a saúde pública

Mesmo tendo suas raízes de análise no campo da Aids, a vulnerabilidade tem se difundido para outros agravos, “num paradigma ampliado de saúde” como já mencionado acima, compreendido como processo saúde-doença, onde o conceito de vulnerabilidade já está relacionado ao dos direitos humanos:

[...] se investe de uma aspiração reconstrutiva das práticas de saúde e gestão dos programas, na direção deles se tornarem “mais capazes de responder às suas responsabilidades com eficácia e eficiência instrumentais, compromisso político com a justiça social e respeito às pessoas em suas singularidades e valores” (AYRES, PAIVA & BUCHALLA, 2012, p.10).

Destarte, busca evidenciar que as experiências individuais e coletivas, “cujas circunstâncias de proteção/promoção versus violação/negligência dos direitos humanos têm implicações sobre os processos de saúde-doença” e coloca em xeque que as diferentes condições de vulnerabilidade, assim como, os contextos socioculturais produzem diferenças entre pessoas/população e transmutam-se em desigualdades de cidadania (BELLENZANI, 2012, p. 464).

Cabe aqui destacar que, aproximadamente 34 milhões da população brasileira, são jovens entre 14 a 24 anos (IBGE, 2008), por conseguinte, o artigo 11º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assegura o direito à assistência em saúde de adolescentes entre 12 a 18 anos, como preconiza o Sistema Único de Saúde (SUS), direito que deveria ser garantido a nível local, mas que não tem sido devidamente desenvolvido, tornando-se insuficiente e negligente. Segundo Bellenzani, Santos e Paiva, ao estudar um Programa de Saúde da Família em Londrina- PR, Ferrari e outros colaboradores (2008) observaram que:

[...] os adolescentes são atendidos em situações pontuais de tratamento de doença ou em função da gravidez; as garotas são mais atendidas do que os rapazes que geralmente são consultados pelos médicos (raramente por enfermeiros) e pouco incluídos em ações de prevenção; [...] (et al, 2012, p. 638)

Evidenciando que a prevenção às infecções sexualmente transmissíveis (IST) ainda é um desafio na atenção à saúde sexual de jovens convidando-nos a refletir sobre o preparo e atuação dos profissionais de saúde na acolhida, promoção e direito a prevenção, respeitando a saúde integral e saúde sexual da juventude brasileira. (BELLENZANI et al, 2012).



Os serviços públicos que prestam atendimento pré-natal a gestantes adolescentes, consideram a área da saúde sexual e reprodutiva um território feminino, excluindo e dificultando o acesso de jovens às ações de prevenção/tratamento e aos serviços (BELLENZANI, 2012). Explicitando uma lacuna/conflito entre o ofertado e o elucidado na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (1994) e na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995).

A Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, merece destaque, visto que, pela primeira vez a saúde sexual e reprodutiva, bem como “os direitos reprodutivos passaram a constituir aspectos principais de um acordo central sobre a população feminina”, pontuando em seu relatório questões sobre “igualdade dos sexos, equidade e empoderamento da mulher, dentro de um eixo maior que é a emancipação e status da mulher” objetivando a eliminação de práticas discriminatórias relativas à saúde sexual e reprodutiva da mulher “ajudando-a a estabelecer e realizar seus direitos”. (XAVIER & ROSATO, 2016, p.118 e 119). Cabe aqui dar ênfase ao disposto no capítulo VII do referido relatório:

A saúde reprodutiva implica, por conseguinte, que a pessoa possa ter uma vida sexual segura e satisfatória, tenha a capacidade de reproduzir e a liberdade de decidir sobre quando, e quantas vezes o deve fazer. Implícito nesta última condição está o direito de homens e mulheres de serem informados e de ter acesso a métodos eficientes, seguros, permissíveis e aceitáveis de planejamento familiar de sua escolha, assim como outros métodos, de sua escolha, de controle da fecundidade que não sejam contrários à lei, e o direito de acesso a serviços apropriados de saúde que deem à mulher condições de passar, com segurança, pela gestação e pelo parto e proporcionem aos casais a melhor chance de ter um filho sadio (ONU, 1994, p.62).

Na IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, promovida pela ONU em Pequim, também há diretrizes na direção da garantia dos direitos reprodutivos para mulheres e homens, cujo proposto foi incentivar “à participação dos homens no âmbito da reprodução e a produção teórica sobre políticas públicas atreladas a este campo” tornando evidente que muitos estudos e políticas não contemplavam os homens ou se contemplavam, era de forma sutil (ORLANDI & TONELI, 2008, p.318 e 319). Importante pontuar que de acordo com a Organização das Nações Unidas (2014).

A transformação fundamental em Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero, reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser reavaliados. Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos (apud XAVIER & ROSATO, 2016, p. 122).

Portanto, o movimento procurou tornar explícitas as questões de gênero nas múltiplas facetas da vulnerabilidade e o quanto é necessário avançar para que a juventude brasileira, no

que tange ao exercício pleno da sexualidade e reprodução tenham acesso aos seus direitos sexuais e reprodutivos.

#### **4.2 Sexualidade: saúde e direitos na escola**

Os conceitos de gênero, sexualidade e diversidade sexual foram incluídos nas políticas públicas de educação no final da década de 90 que se ancoraram em documentos e resoluções internacionais e em um conjunto de convenções - mencionados no subtema anterior - cuja premissa de defesa foi a implantação das dimensões da diversidade nas políticas educacionais, sob o princípio de respeito às questões de classe, raça e gênero. Cabe aqui destacar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que, no âmbito da educação básica, passa a defender a educação indígena, de pessoas com deficiências e educação para jovens e adultos que serviu de cenário para elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais que incluíam temas sobre a Pluralidade Cultural e a Orientação Sexual. Em 2004, o Ministério da Educação incorpora essas temáticas em planos, projetos e programas, criando a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). Em 2011, essa secretária incorpora o termo inclusão em sua nomenclatura e passando para Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), com o propósito de atender demandas públicas até então desconsideradas e a fim de estabelecer a inclusão social, valorizando a diversidade e acolhendo temas antes marginalizados – gênero, sexualidade e diversidade sexual – na formação continuada de docentes. (Vianna, 2017).

No entanto, cabe aqui pontuar que, apesar dos avanços nas políticas de educação em defesa dos direitos das mulheres e da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), os debates educacionais e as políticas públicas em geral, desde 2014, vêm sofrendo golpes avassaladores de setores conservadores tornando-se um dos principais obstáculos para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos (VIANA, 2017, MATTOS, 2016). Gerando graves consequências nos Planos Estaduais de Educação (PEE) e nos Planos Municipais de Educação (PME) que passam a tratar às questões de gênero e de diversidade sexual sobre a égide de discursos religiosos conservadores com o objetivo de extinguir referências às expressões gênero, diversidade e orientação sexual de seus conteúdos. (VIANNA, 2017). Rogério Junqueira afirma que:

Nos últimos anos, em dezenas de países de todos os continentes, presencia-se a eclosão de um ativismo religioso reacionário que encontrou no “gênero” o principal mote em suas mobilizações. “Gênero”, “ideologia de gênero”, “teoria de gênero” ou expressões afins são

brandidos em tons alarmistas, conclamando a sociedade para enfrentar um inimigo imaginário comum. E, em nome da luta contra ele, se empreendem ações políticas voltadas a reafirmar e impor valores morais tradicionais e pontos doutrinários cristãos dogmáticos e intransigentes.

Com efeito, por meio de uma tematização acerca dos “riscos” da infiltração da perspectiva de gênero nas instituições, na política e na vida cotidiana, tal ofensiva visa, além de recuperar espaço à Igreja em sociedades envolvidas em distintos processos de secularização, conter o avanço de políticas voltadas a garantir ou ampliar os direitos humanos de mulheres, pessoas não-heterossexuais e outros dissidentes da ordem sexual e de gênero. Para tanto, tais cruzados morais investem maciçamente na (re)naturalização das concepções de família, maternidade, parentesco, (hetero)sexualidade, diferença sexual. Deste modo, procuram também promover a restauração ou, mais propriamente, o agiornamento do estatuto da ordem sexual tradicional e reforçar as disposições relativas às normas de gênero, à heterossexualidade obrigatória e à heteronormatividade (VIANA, 2017, p.25 e 26).

Contudo, cabe aqui ressaltar que no que concerne as políticas públicas educacionais federais e municipais, a religiosidade ganha legitimidade, respaldando-se no discurso de que as escolas que trabalham sob a perspectiva de gênero acabariam com o pertencimento identitário das crianças e teriam intenção de extinguir o modelo tradicional de família. (VIANA, 2017). Sobre isso Xavier e Rosato afirmam que:

É preciso considerar que o debate sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos inclui diversos atores, tais como o Estado, movimentos feministas, instituições do campo médico e da saúde, assim como entidades religiosas. Tais atores disputam campo nesses direitos, cada um com suas concepções a respeito do direito ao corpo e a forma de viver a sexualidade; contexto que se configura como um jogo estratégico de saber/poder que engendra determinados modos de subjetivação e, portanto, formas de governamentalidade de si e dos outros. No caso do Brasil, a questão religiosa ganha especial relevância, na medida em que reconhecemos como o Estado não é laico. Segundo o CLADEM (2014: 111), o Brasil assinou um acordo pouco conhecido, em 2008, que prevê facilidades para o ensino de religião nas escolas públicas do país. Tal pacto ainda não foi aprovado no Legislativo, entretanto, revela como o campo religioso incide em questões políticas, tornando a discussão sobre direitos sexuais e direitos reprodutivos mais complexa. (2016, p.126)

Destarte, algumas discussões e encaminhamentos relacionados às políticas educacionais que tentam impedir a discussão sobre gênero e sexualidade estão em desacordo com a Política Nacional de atenção Integral à Saúde de Adolescentes e de Jovens cuja diretriz é “envolver os sujeitos e coletivos, desenvolvendo a autonomia e participação conjunta na construção de ambientes saudáveis que reduzam o adoecimento e comprometam a todos na integração e no desenvolvimento das ações”. Política que compreende temas sobre a saúde dos/as adolescentes,

promovendo, a equidade de gênero, os direitos sexuais e reprodutivos, bem como, a participação juvenil (BRASIL, 2010).

A introdução trazida nesse TCC sobre os temas sexualidade e gênero e também saúde sexual e reprodutiva na educação serve para localizar o debate apresentado a partir dos resultados de pesquisa nos quais esse trabalho se baseia.

Com efeito, o supracitado nos impele a refletir sobre as políticas educacionais brasileiras e a forma genérica com que tratam a sexualidade e os direitos sexuais e reprodutivos, sob influências religiosas que calcorreiam na contramão da erradicação de todas as formas de discriminação no combate às desigualdades educacionais sob a ótica de promoção e efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como, a influência desse prisma conservador na formação docente frente a saúde sexual e saúde reprodutiva.

Por fim, prosseguimos a pensar que são diversas as inseguranças, as tensões e os medos quando se trata de lidar com as sexualidades e gêneros nas instituições escolares, algo que está marcado, especialmente, pelo embaralhamento entre os valores da educação familiar e aqueles preconizados pelos projetos pedagógicos das escolas ou mesmo um/a docente, provocando embates com certas crenças religiosas. Assistimos a uma interferência crescente de setores religiosos não somente nas políticas educacionais, mas nas práticas pedagógicas das escolas. (CASTRO & FERRARI, 2017, p.81)

As professoras que participaram do estudo em que esse TCC se baseou compartilharam a percepção comum sobre a realidade da escola que trabalham ao longo de suas carreiras docentes ao afirmarem terem visto muitas meninas do ensino médio e do fundamental que engravidaram. No entanto, no que se refere a promoção da saúde sexual e reprodutiva na escola, das três docentes entrevistadas duas demonstraram um certo desconhecimento quanto a terminologia (saúde sexual e saúde reprodutiva), desacordo em relação aos direitos sexuais e reprodutivos baseada na percepção de que a gravidez durante a escola é “fora de hora”, e, dificuldades em abordar discussões sobre sexualidade na escola, por conta da influência religiosa nas políticas educacionais.

*“Eu não estou entendendo a sua pergunta. ” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Meu Deus! Na minha época não havia essa expressão, então, por favor, desenha para mim” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Eu acho que tem tempo para tudo e hora para tudo. Tempo e hora para tudo, né? Então, os jovens que nós trabalhamos aqui, as atitudes deles são mais por instinto, é instinto sabe? Eles não têm noção assim do que é hora certa ou deixa de ser hora certa. Então essa saúde reprodutiva aí, é um caso muito sério a se pensar, né? ” (Fernanda, 25 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“(...) a gente não tem nada, um mecanismo que você pode usar para falar sobre sexo, sexualidade. Aí entra a parte religiosa que você esbarra, né. Então você não pode falar sobre sexo, né. Então o que a escola faz é: “Escuta aqui tem um problema, as meninas estão assim, as meninas tão assado”, a gente chama até a minha sala e a gente conversa, né. ” (Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá-SP)*

Entretanto, da mesma forma que as docentes têm uma percepção comum sobre a realidade escolar e a frequência de gravidezes, também consideravam haver pouca discussão sobre saúde sexual e reprodutiva no espaço escolar. Essa também foi a percepção das jovens entrevistadas que contaram que, na escola, esses temas acabavam ficando sob a responsabilidade do/a professor/a de ciências ou biologia. As garotas também entendem que a escola deveria orientar sobre sexualidade e contracepção:

*“Poderíamos evitar [a gravidez] se o adolescente tivesse mais consciência do seu corpo. (...)Seria todos os professores montar um projeto interdisciplinar cada um na sua área e falar sobre o assunto” (Maria, 23 anos de docência, Guarujá-SP)*

*“Acho que conversando mais. Talvez, tendo um pouco mais de cuidado antes de ocorrer a gravidez. Ter aula sobre esse negócio de sexo, essas coisas todas para conscientizar, porque tem gente que acha que camisinha só porque é ruim, não usa. ” (Bianca, 16 anos, filho de 1 ano, estudante, Santos-SP)*

“Não vi, eu não vi não. Todos esses anos eu não vi. Só no postinho, mas na escola mesmo eu não vi conversas sobre sexo. Acho que deveria ser conversado, assim ia tanta gravidez. ”  
(*Catarina, 21 anos, filho de 3 anos, universitária, Guarujá-SP*)

*“A promoção da escola é através das atividades que a gente tem na escola, através de conscientização com os professores de ciências que eles abordam isso nas disciplinas deles. ”*  
(*Ester, coordenadora escolar, 20 anos de docência, Guarujá-SP*)

Destarte, as escolas supõem que devem falar de educação sexual quando os/as alunos/as apresentam demanda que “sinalize que chegou a hora de falar sobre relações sexuais ou de contraceptivos e gravidez, como o anúncio de uma aluna grávida na escola” (QUARESMA da SILVA, 2016, p. 82). Mas, abordar questões de sexualidade, considerando que fazem parte da vida dos/as jovens, ainda é considerado função especificado/a professor/a de ciências e biologia, que concomitantemente, esbarra em percepções de que existe um período certo para o exercício da sexualidade na qual a adolescência não está incluída, percepções estas, que impossibilitam o reconhecimento dos jovens como sujeitos da sexualidade e de direitos. Silva aponta que:

No contexto da educação, a temática da sexualidade é importante não apenas porque resulta de um processo de aprendizagem compartilhado por várias instituições, incluindo a escola, mas porque revela, ao mesmo tempo, sua diversidade constitutiva e as situações de discriminação que pode desencadear. Nos espaços escolares, questões relacionadas à sexualidade, não raramente, geram julgamentos, punições, isolamento e exclusão. Estão presentes no cotidiano escolar sob a forma de demanda, de curiosidade inclusive, atreladas à própria experiência dos/as estudantes, podendo despertar sentimentos de receio, constrangimento nos/as educadores/as, surpreendidos/as com repertório limitado com que contam para lidar com tais questões. (2017, p. 106)

Cabe aqui pontuar que mesmo frente aos obstáculos impostos pelas políticas educacionais, bem como pelas percepções sobre a sexualidade que não incluem essa dimensão como parte constitutiva da vida dos/as jovens, a educação e a saúde sexual e reprodutiva juvenil não podem se limitar às informações sobre o funcionamento do aparelho reprodutor, sobre métodos de prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e métodos contraceptivos. A educação deve ser pautada na formação para o relacionamento e o convívio com a diversidade de etnia, orientação sexual, de gênero e cultural. A discussão da sexualidade deve considerar a dessemelhança, a subjetividade e o ambiente sociocultural, cabendo aqui a dimensão dos valores e crenças muitas vezes revestidos de tabus, mitos, preconceitos e estereótipos. Portanto, é importante que sejam trabalhados os significados e ansiedades que envolvem diversas

situações como iniciação sexual, vida sexual ativa e paquera, de modo que as práticas contraceptivas passem a ser compreendidas como algo positivo e natural, assim como, a vivência da própria sexualidade (DIAS et al., 2010).

A educação contínua deve ter princípios claros, em que a premissa da educação sexual seja desmistificar o modelo hegemônico da sexualidade, evidenciando os interesses envolvidos na sua construção e apresentar as várias formas e possibilidades sexuais presentes na sociabilidade da vida humana, problematizando significados e efeitos sobre a existência das pessoas (FURLANI, 2013). Gênero e diversidade sexual são temáticas que precisam ser discutidas na escola, para que de fato seja um espaço inclusivo, tolerante e respeitador “das distintas características de seus atores sociais, sendo o corpo docente de fundamental importância na promoção do debate e de práticas pedagógicas que superem o preconceito.” (FINCO et al, 2017, p.10)

A partir dos resultados da pesquisa realizada que serviram de base para a reflexão apresentada aqui, a necessidade de inclusão de conteúdos programáticos sobre direitos reprodutivos e sexuais na escola fica ainda mais explicitada. Cabe aqui destacar que de acordo com Viana (2017) os/as professores/as acabam ficando sozinhos, sem possibilidade de parceria para sustentar um trabalho que não é bem visto pela maior parte da escola. Significa que é necessário que a escola e os/as agentes de educação, entendam os/as jovens como sujeitos de direitos (DAYRELL, 2003) e também sujeitos de direitos para o exercício da sexualidade, da maternidade e paternidade. Sobre isso Xavier e Rosato dizem que:

É importante afirmar que direitos sexuais e direitos reprodutivos devem ser compreendidos separadamente e não considerá-los como um submisso ao outro, ou seja, eles são interdependentes, mas, ao mesmo tempo, não são hierarquicamente superiores uns aos outros. Pensando assim, superamos a ideia de heteronormatividade, ou seja, os direitos sexuais pregam o livre exercício e a garantia de viver a própria sexualidade, sem discriminação, preconceito, repressão e violência, libertando a sexualidade do entrelaçamento com a reprodução. Vale ressaltar que esta é uma luta também dos movimentos lésbicos e gays. (2016, p. 127)

Considerando a centralidade no debate que se apresenta aqui, pontuamos a diferença entre um e outro:

Os direitos sexuais dizem respeito ao exercício da sexualidade livre de discriminação, coerção e violência. Nessa perspectiva o exercício da sexualidade de forma livre e segura só é possível se a prática sexual estiver desvinculada da reprodução. Os direitos reprodutivos referem-se a garantia de poder decidir livre e responsavelmente sobre o número, espaçamento e possibilidade de ter filhos/as, bem como ter garantido o acesso a informação e aos meios para tomar esta decisão. Distinguir sexo e reprodução no campo dos direitos é uma estratégia didática para dar visibilidade e nitidez às reivindicações específicas. (SILVA, 2017, p. 125)

Direitos que precisam ser compreendidos como uma dimensão da permanência estudantil de jovens grávidas ou mães, sob a premissa de ofertar acesso e recursos que permitam a vivência da gravidez e maternidade de forma digna, preservando a condição de estudantes e também reconhecendo que a juventude é atravessada por diferentes formas de sentir e vivenciar a sexualidade. (SILVA, 2017).



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Trabalho de Conclusão de Curso pretendeu apresentar um debate que partiu da realização de uma pesquisa de iniciação científica em que se investigou sobre algumas dimensões da gravidez e da maternidade ocorridas durante o período escolar, a partir dos significados trazidos pelas próprias jovens que viveram e vivem a dupla condição de mães e estudantes e a partir do modo como professoras entendem e lidam cotidianamente com jovens na escola. Particularmente, para o debate trazido aqui, pretendeu explorar questões da permanência estudantil e dos direitos reprodutivos e sexuais na instituição escolar.

A partir da análise surgiram novos questionamentos sobre gênero, sexualidade, reprodução e direitos em torno da questão da gravidez e da maternidade que ocorreram em um momento da vida para o qual não isso não é socialmente esperado. Nesse sentido, é preciso que a escola e as políticas de educação separem o prejulgamento em torno da experiência das jovens grávidas e mães qualificando sempre como “problema”. É preciso pensar: Estamos de fato olhando para os e as jovens como sujeitos de direitos? A política de permanência estudantil consegue garantir a continuidade dos estudos de garotas grávidas ou mães? As políticas educacionais atendem as necessidades dos jovens para o exercício da sexualidade e reprodução de forma segura?

As experiências das jovens mães e professoras em torno da gravidez e maternidade evidenciaram que, nesse universo estudado, as escolas e as políticas de educação que orientam o cotidiano escolar precisam assumir o/a jovem como sujeito da sexualidade.

A partir das experiências das jovens que participaram da pesquisa que originou esse TCC, os esforços da escola se dão mais no sentido de garantir que as estudantes permaneçam estudando e não sejam reprovadas, mas que são considerados insuficientes para atender as demandas das jovens e não se configuram como uma política pública que inclui uma prática efetiva para permanência estudantil. Além disso, mostrou a necessidade de incluir discussões sobre direitos reprodutivos e sexuais numa perspectiva que compreenda os/as jovens como sujeitos de direitos, o que inclui a necessidade de problematizar as concepções de maternidade e paternidade na adolescência, a partir de uma perspectiva de gênero adotada nos currículos escolares, bem como a necessidade de se investir em projetos para a permanência estudantil.

Ressalta-se a importância da aproximação da gravidez e maternidade ocorridas no contexto de vida escolar pelos significados de quem passou pela experiência e o quanto esse exercício permite acessar a relevância das várias dimensões envolvidas: relações afetivo-sexuais, relevância das amizades dentro e fora da escola, expectativas de gênero que geram julgamentos de comportamentos e tendem a essencializar a maternidade, assim como aceitar a paternidade como sendo pouco presente e pouco responsável no que se refere a questões como tutela, cuidado e educação da criança.

É importante ressaltar a importância do papel da família da jovem mãe como o principal apoio afetivo e financeiro, transformando-se no principal alicerce para a continuidade dela na escola, ainda que com lacunas e reações iniciais de rejeição. O vínculo conjugal - casamento, morar junto, entre outros - aparece como fator importante nas relações afetivas das jovens mães e nas suas expectativas conformadas a partir de expectativas de gênero.

O trabalho também optou por problematizar que algumas políticas e práticas educacionais praticadas pela instituição escolar sofrem interferência de moralidades religiosas de cunho conservador e que precisam se alinhar a uma perspectiva laica para que possam aprofundar a atuação no sentido da efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das e dos jovens, respeitando a dessemelhança, a subjetividade, o ambiente sociocultural e as múltiplas faces da vulnerabilidade, cabendo aqui, a dimensão dos valores e crenças muitas vezes revestidos de tabus, mitos, preconceitos e estereótipos. Nesse sentido, significa que é necessário que a escola e os/as agentes de educação, entendam os/as jovens como sujeitos de direitos para o exercício da sexualidade, da maternidade e da paternidade, bem como é preciso que entendam a necessidade de que sejam incluídos conteúdos programáticos sobre direitos reprodutivos e sexuais nas atividades ocorridas na escola a partir da atuação institucional.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia. **Ser jovem no Brasil hoje**: políticas e perfis da juventude brasileira. Caderno Adenauer 1/2015: Juventudes no Brasil.

AYRES, José Ricardo de C, M.; FRAÇA JUNIOR Ivan; CALAZANS, Gabriela J; SALLETE FILHO, Haroldo C; **O Conceito de Vulnerabilidade e as práticas de saúde**: novas perspectivas e desafios. (Org.). Promoção da Saúde: Conceitos, reflexões, tendências. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, p. 116-138.

AYRES, José Ricardo de C. M; BUCHALLA Cássia M; **Direitos Humanos e vulnerabilidade na prevenção e promoção da saúde**: uma introdução. (Coord.). Vulnerabilidade e Direitos humanos. Prevenção e Promoção da Saúde. Livro I. Curitiba: Juruá Editora, 2012, p. 9-22.

AQUINO, Estela M. L. et al. **O Aprendizado da Sexualidade**: Reprodução e trajetórias sociais dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BELENZANNI, Renata. **Saúde e Direitos**: Vulnerabilidades à saúde sexual juvenil em comunidades litorâneas brasileiras. Revista Psic. Saúde & Doenças, Lisboa, v. 13 n. 2, 2012.

BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. **Sexualidade e Gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1421-1430, 22 jul. 2006.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **Ministério da Saúde. Saúde Sexual e Reprodutiva**: Ministério da Saúde, 2010.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969**. Dispõe sobre o tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del1044.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del1044.htm). Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8080, de 19 de setembro de 1990**. Brasília: DF. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8080.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm). Acesso em: 12 de nov. 2018.

BRASIL. **Lei nº 6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui à estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares. 1975. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/1970-1979/L6202.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/L6202.htm). Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm). Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 20 de abr. 2018.

BRASIL. [Estatuto da Juventude (2013) ]. **Estatuto da juventude**: atos internacionais e normas correlatas. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2013.

CASTRO, Roney P. de; FERRARI, Anderson. **Educação, Experiências Religiosas, Gêneros e Sexualidades**: Algumas Problematizações. RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade (org.). Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

CURY, M. et al. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. São Paulo: Malheiros, 1992.

CLIFFORD, James. Sobre a autoridade etnográfica. In: CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: antropologia e literatura no século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. p. 17-62.

CRENSHAW, Kimberly. **Documento para o Encontro de Especialistas em aspectos da Discriminação Racial relativos ao gênero**. Revista de Estudos Feministas, Los Angeles, v.10, n.1, p. 171-188, jan.2012. Tradução de Liane Schneider.

DADOORIAN, Diana. **Gravidez na adolescência**: um novo olhar. Rev. Psicologia Ciência e Profissão, vol.23, n.1, p.84-91, 2003.

DAYRELL, Juarez. **O jovem como sujeito social**. Rev. Bras. Educ. 2003, n.24, p.40-52.

DIAS, Acácia Batista e AQUINO, Estela M. L. **Maternidade e paternidade na adolescência**: algumas constatações em três cidades do Brasil. Cad. Saúde Pública. 2006, vol.22, n.7, p.1447-1458.

DIAS, Ana Cristina Garcia e TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. **Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo**. Paidéia. Ribeirão Preto 2010, vol.20, n.45, pp.123-131.

ESTEVES, Gabriela. Dissertação - Mestrado – Universidade Federal de São Paulo – campus Baixada Santista, Curso de Ensino Superior e Ciências da Saúde, 2017.

ESTEVES, Janine Raymundi e MENANDRO, Paulo Rogério Meira. **Trajetórias de vida: repercussões da maternidade adolescente na biografia de mulheres que viveram tal experiência**. Estud. Psicol. Natal. 2005, vol.10, n.3, p.363-370.

FINCO, Daniela; SOUSA, Adalberto dos Santos; OLIVEIRA, Nara Rejane Cruz de (Org.). **Educação e resistência escolar: Gênero e diversidade na formação docente**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento das Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FRANÇA JUNIOR, Ivan; AYRES, José Ricardo de C. M. **Saúde Pública e Direitos Humanos**. (Org.). Bioética e Saúde Pública. São Paulo: Edições Loyola, 2003, p.63-69.

FREITAS, Maria Virgínia de (Org.). **Juventude e adolescência no Brasil: referências conceituais**. 2ª ed. São Paulo: Ação Educativa, 2005. 40 p.

FURLANI, Jimena. **Corpo Gênero e Sexualidade: Um debate contemporâneo na educação**. 9. ed. - Petropolis, RJ: Vozes, 2013.

GONÇALVES, Helen e KNAUTH, Daniela Riva. **Aproveitar a vida, juventude e gravidez**. Revista de Antropologia. 2006, vol.49, n.2, p.625-643.

HEILBORN, Maria Luiza; AQUINO, Estela Maria Motta Lima Leão de; BOZON, Michel; Knauth, Daniela Riva (Org.). **O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e trajetórias sociais dos jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. **Por uma agenda positiva dos direitos sexuais da adolescência**. Revista Psicologia Clínica, Rio de Janeiro, vol.24, n.1, p.57-68, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza et al. **Aproximações sócio antropológicas sobre a gravidez na adolescência**. Horiz. antropol. 2002, vol.8, n.17, p.13-45.

JUNQUEIRA, R. D. **“Ideologia de gênero”**: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade (org.). Rio Grande: Ed. da FURG, 2017.

KNAUTH, Daniela et al. **O Aprendizado da Sexualidade**: Reprodução e trajetórias sociais dos jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEVANDOWSKI, Daniela Centenaro; PICCININI, Cesar Augusto e LOPES, Rita de Cássia Sobreira. **Maternidade adolescente**. Estud. Psicol. Campinas. 2008, vol.25, n.2, pp.251-263.

LIMA, Celian Tereza Batista et al. **Percepções e práticas de adolescentes grávidas e de familiares em relação à gestação**. Revista Bras. Saúde Materno Infantil, Recife, vol.4, n.1, p.71-83, Jan/Mar. 2004.

LOURO, Guaraci Lopes et al (Org.). **Corpo Gênero e Sexualidade**: Um debate contemporâneo na educação. 9. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MATTAR, Laura D. **Reconhecimento Jurídico dos Direitos Sexuais – Uma Análise Comparativa com os Direitos Reprodutivos**. Revista Internacional de Direitos Humanos, Ano 5, n.8, p. 60-83, Jun. 2008.

MELLO, Luiz; GONÇALVES, Eliane. **Diferença e interseccionalidade**: notas para pensar práticas em saúde. Revista Cronos, v. 11, n. 2, nov. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 20. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

NEIVERTH, Isete Stibbe e ALVES, Gustavo Basiole. **Gravidez na adolescência e mudança do papel social da mulher**. Paidéia 2003, 12.

PANTOJA, Ana Lídia Nauar. **"Ser alguém na vida"**: uma análise sócio antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. Cad. Saúde Pública. vol.19, n.2, p. S335-S343, 2003.

ONU. Relatório Mundial de Saúde. **Saúde Mental: nova concepção, nova esperança**. Ministério da Saúde Direção Geral da Saúde. Disponível em: <http://www.opas.org.br/promocao/uploadArq/smenal.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

ORLANDI, Renata e TONELI, Maria J. F. **Adolescência e Paternidade**: Sobre os Direitos de Criar Projetos e Procriar. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 13, n. 12, p. 317-326, Abr/Jun. 2008.

POUGY, Lília Guimarães. **Pedagogia de gênero e o feminismo em perspectiva**: implicações à cidadania brasileira. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v.10, n. 4, p. 142-165, Set/Dez. 2017.

QUARESMA da SILVA, Denise Regina. **Exclusão de Adolescentes grávidas em escolas do sul do Brasil**: uma análise sobre a educação sexual e suas implicações. Revista Cadernos de Estudos Sociais, n. 57, p. 78-88, jul/set 2016.

REZENDE, Raissa Pinto. **Uma breve discussão sobre a categoria juventude a partir de sua dimensão espacial**. In: COLÓQUIO DO NUGEA, II, 2016, Juiz de Fora.

SILVA, Cristiane G. da. **Sexualidade e diversidade sexual**: diferenças, hierarquias e resistências. (Org.) Educação e resistência escolar: Gênero e diversidade na formação docente. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

TEIXEIRA, Samia da Costa Ribeiro; SILVA, Luzia Wilma Santana da; TEIXEIRA, Marizete Argolo. **Políticas públicas de atenção às adolescentes grávidas – uma revisão bibliográfica**. Revista Adolescência e Saúde, Rio de Janeiro, v. 10, n. 1, p. 37-44, Jan/Mar 2013.

VIANA, Claudia. **Debates e embates de gênero**: dos estudos as políticas e práticas educacionais. Educação e resistência escolar: Gênero e diversidade na formação docente. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2017.

VILLELA, Wilza Vieira; DORETO, Daniella Tech. **Sobre a Experiência Sexual dos Jovens**. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 11, p.2467-2472, 22 nov. 2006.

Xavier, Anna K; ROSATO, Cássia M. **Mulheres e Direitos:** Saúde sexual e reprodutiva a partir das Conferências da ONU. Revista Ártemis, Vol. XXI, jan-jul 2016, p.116-130.



## **ANEXOS**

### **ANEXO A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**

#### **ROTEIRO**

#### **ENTREVISTA TRAJETÓRIA JOVENS GRÁVIDAS/MÃES**

- a. Conte algo sobre sua vida que possa apresentar quem você é;
- b. Como foi/é sua vida escolar: onde estudou, o que mais gosta e não gosta da escola, como são amigos/as, o que pensa da escola em relação ao que espera da vida;
- c. Conte sobre sua experiência na gravidez/maternidade (adaptar de acordo com a condição – grávida ou já ter tido criança; deixar livre resposta e depois explorar: como foi, relacionamento, pai/paternidade, família, escola, amigos/as, lazer...);
- d. Em que ano/série está ou estava no momento da gestação?
- e. Qual o papel da escola em relação à maternidade (explorar de acordo com realidade – quem está na escola, quem está de licença maternidade e quem não está estudando);
- f. A escola poderia ajudar as estudantes que engravidam? De que forma?
- g. Como é sua vida cotidiana? (Deixar livre resposta e depois pedir para contar um dia todo de sua rotina, desde a hora que acorda até hora de dormir);
- h. Como você imagina que seu cotidiano possa ser melhor? Que coisas mudaria, se pudesse?
- i. Houve abandono dos estudos durante a gestação? Quais os motivos que a levaram a esse abandono?
- j. O que pensa sobre seu futuro? (Explorar estudos);
- k. O que é estar grávida/ser mãe? (Explorar planos sobre família, outro/as filhos/as);
- l. Prevenção à gravidez era uma preocupação na sua vida? Como isto era tratado em casa? E na escola?
- m. E prevenção de infecções sexualmente transmissíveis? (Dê exemplo)
- n. Você conhece outras pessoas próximas que tiveram filhos jovens? Quem são? Qual história?

<p style="text-align: center;"><b>ROTEIRO</b></p> <p style="text-align: center;"><b>ENTREVISTA PROFESSORAS/ES</b></p>
---

- a. Conte sobre sua trajetória como professor/a: quanto tempo? Quantas escolas? Nesta escola atual, desde quando? O que considera mais interessante na carreira? E os desafios?
- b. Ao longo de sua carreira como professor/a, conheceu jovens que engravidaram/foram mães na(s) escola(s) onde trabalha/ou? Conte algumas histórias sobre isso.
- c. Houve preparação para essa demanda durante sua formação?
- d. O que pensa sobre a gravidez/maternidade durante a vida escolar?
- e. O que pensa sobre a paternidade durante a vida escolar?
- f. Qual o papel da escola na vida de uma estudante que engravida?
- g. O que acontece com a rotina escolar de estudante que engravida?
- h. Há programas específicos para estudantes que engravidam/mães?
- i. Qual o papel da escola na promoção da saúde reprodutiva de jovens? o que é saúde reprodutiva?
- j. Qual o papel da escola na promoção da saúde sexual de jovens? o que é saúde sexual?
- k. Em que momentos a escola discute sobre saúde sexual e reprodutiva?
- l. O que poderia melhorar para garantir que a jovem grávida/mãe permaneça na escola?

## ANEXO B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

(menor 18 anos)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa de Iniciação Científica denominada *Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista* que está sendo desenvolvida pela estudante de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, **Karen Sales Corrêa Stein**, sob orientação da Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

Trata-se de um estudo qualitativo que tem como objetivo entender como se constituem as trajetórias de garotas estudantes que vivenciam e/ou vivenciaram a gravidez/maternidade durante o período escolar em escola pública. O objetivo é identificar e compreender as dificuldades e rede de apoio dessas jovens dentro e fora da escola para a conclusão do percurso escolar.

Sua participação no estudo acontecerá por meio de entrevistas/conversas individuais e/ou acompanhamento em algumas atividades/situações da sua rotina com datas e horários que serão acordados entre você e a pesquisadora. Você pode deixar de participar do estudo em qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo. A participação no estudo não implica em nenhum custo para você e também não há nenhum tipo de compensação financeira para participação. A participação no estudo contribuirá para melhor compreender a realidade de jovens e, de algum modo, colaborar com políticas de educação que consideram a realidade da maternidade no período escolar.

As entrevistas/conversas individuais poderão ser gravadas em áudio para serem posteriormente utilizadas na análise. Somente a pesquisadora e a orientadora de pesquisa terão acesso a esse material. O sigilo em relação as informações que a pesquisa terá está garantido, assim como a confidencialidade em relação aos/as participantes.

Uma das vias deste Termo de Assentimento será assinada pela pesquisadora e entregue para você e a outra via assinada por você ficará de posse da pesquisadora e será arquivada junto ao Termo de Consentimento assinada pelo/a Dirigente da Escola ou pelo/a responsável legal.

Você, o/a responsável legal e o/a dirigente da escola onde o estudo está acontecendo podem tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa entrando em contato com a pesquisadora pelo e-mail karenstein@live.com.pt, pelo telefone e WhatsApp (13) 981490638, científica através do e-mail cristiane.goncalves.silva@gmail.com, pelo telefone e WhatsApp (11) 985297970. Poderão ainda, após agendamento por e-mail ou WhatsApp, tirar dúvidas pessoalmente com pesquisadora e/ou orientadora, na UNIFESP Baixada Santista, Unidade Silva Jardim, na Rua Silva Jardim, 136 - 2º Andar, sala 218, Vila Matias - Santos/SP. Também é possível procurar informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, na Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br, Telefone: (11) 5571-1062. O horário de atendimento telefônico e presencial do CEP é: 2f, 3f, 5f e 6f, entre 9 – 13h.

### **Assentimento**

Declaro ter lido, discutido e entendido os objetivos do estudo ***Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista*** e que concordo em participar do mesmo, nos termos apontados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017.

\_\_\_\_\_  
Ass. Participante

Nome \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Ass. Pesquisadora

Karen Sales Corrêa Stein

## ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

### Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Pai/Mãe/Responsável legal)

A estudante \_\_\_\_\_ da Escola \_\_\_\_\_ está sendo convidada a participar da pesquisa de Iniciação Científica denominada ***Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista*** que está sendo desenvolvida pela estudante de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, **Karen Sales Corrêa Stein**, sob orientação da Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

Trata-se de um estudo qualitativo que tem como objetivo entender como se constituem as trajetórias de garotas estudantes que vivenciam e/ou vivenciaram a gravidez/maternidade durante o período escolar em escola pública. O objetivo é identificar e compreender as dificuldades e rede de apoio dessas jovens dentro e fora da escola para a continuidade dos estudos.

A participação dela no estudo acontecerá por meio de entrevistas/conversas individuais e/ou no acompanhamento de atividades/situações da vida cotidiana. Datas e horários serão acordados entre participante e pesquisadora. Ela poderá deixar de participar do estudo em qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo. A participação no estudo não implica em nenhum custo para a participante e também não há nenhum tipo de compensação financeira para participação. A participação no estudo contribuirá para melhor compreender a realidade de jovens e, de algum modo, colaborar com políticas de educação que consideram a realidade da maternidade no período escolar.

As entrevistas/conversas individuais poderão ser gravadas em áudio para serem posteriormente utilizadas na análise. Somente a pesquisadora e a orientadora de pesquisa terão acesso a esse material. O sigilo em relação as informações que a pesquisa terá está garantido, assim como a confidencialidade em relação aos/as participantes. Uma das vias deste Termo de Consentimento será assinada pela pesquisadora e entregue para a/o senhor e a outra via assinada pelo/a senhor/a ficará de posse da pesquisadora e será arquivada junto ao Termo de Assentimento assinada pela estudante participante.

A participante, responsável legal e o/a dirigente da escola onde o estudo está acontecendo podem tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa entrando em contato com a pesquisadora pelo e-mail karenstein@live.com.pt, pelo telefone e WhatsApp (13) 981490638.

Poderá também entrar em contato com a orientadora da pesquisa de iniciação científica através do e-mail cristiane.goncalves.silva@gmail.com, pelo telefone e WhatsApp (11) 985297970. Poderão ainda, após agendamento por e-mail ou WhatsApp, tirar dúvidas pessoalmente com pesquisadora e/ou orientadora, na UNIFESP Baixada Santista, Unidade Silva Jardim, na Rua Silva Jardim, 136 - 2º Andar, sala 218, Vila Matias - Santos/SP. Também é possível procurar informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, na Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br, Telefone: (11) 5571-1062. O horário de atendimento telefônico e presencial do CEP é: 2f, 3f, 5f e 6f, entre 9 – 13h.

### **Consentimento**

Declaro ter lido, discutido e entendido os objetivos do estudo ***Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista*** e que concordo com a participação do/a jovem sob minha responsabilidade, nos termos apontados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Ass. Responsável legal

\_\_\_\_\_  
Ass. Pesquisadora

Nome Resp. \_\_\_\_\_

Karen Sales Corrêa Stein

Nome Estudante \_\_\_\_\_

**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**  
**(Coordenador/a escolar, Professor/a e Diretor/a)**

O/a senhor/a está sendo convidado/a a participar da pesquisa de Iniciação Científica denominada ***Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista*** que está sendo desenvolvida pela estudante de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, **Karen Sales Corrêa Stein**, sob orientação da Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

Trata-se de um estudo qualitativo que tem como objetivo entender como se constituem as trajetórias de garotas estudantes que vivenciam e/ou vivenciaram a gravidez/maternidade durante o período escolar em escola pública. O objetivo é identificar e compreender as dificuldades e rede de apoio dessas jovens dentro e fora da escola para a conclusão do percurso escolar.

Sua participação no estudo acontecerá por meio de entrevistas/conversas individuais com datas e horários que serão acordados entre o/a senhor/a e a pesquisadora. O/a senhor/a pode deixar de participar do estudo em qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo. A participação no estudo não implica em nenhum custo para você e também não há nenhum tipo de compensação financeira para participação. A participação no estudo contribuirá para melhor compreender a realidade de jovens e, de algum modo, colaborar com políticas de educação que consideram a realidade da maternidade no período escolar.

As entrevistas/conversas individuais poderão ser gravadas em áudio para serem posteriormente utilizadas na análise. Somente a pesquisadora e a orientadora de pesquisa terão acesso a esse material. O sigilo em relação as informações que a pesquisa terá está garantido, assim como a confidencialidade em relação aos/as participantes. Uma das vias deste Termo de Consentimento será assinada pela pesquisadora e entregue para o/a senhor/a e a outra via assinada pelo/a senhor/a ficará de posse da pesquisadora.

O/a senhor/a pode tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa entrando em contato com a pesquisadora pelo e-mail karenstein@live.com.pt, pelo telefone e WhatsApp (13) 981490638. Poderá também entrar em contato com a orientadora da pesquisa de iniciação científica através do e-mail cristiane.goncalves.silva@gmail.com, pelo telefone e WhatsApp (11) 985297970. Poderá ainda, após agendamento por e-mail ou WhatsApp, tirar dúvidas pessoalmente com

pesquisadora e/ou orientadora, na UNIFESP Baixada Santista, Unidade Silva Jardim, na Rua Silva Jardim, 136 - 2º Andar, sala 218, Vila Matias - Santos/SP. Também é possível procurar informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, na Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br, Telefone: (11) 5571-1062. O horário de atendimento telefônico e presencial do CEP é: 2f, 3f, 5f e 6f, entre 9 – 13h.

### **Consentimento**

Declaro ter lido, discutido e entendido os objetivos do estudo *Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista* e que concordo em participar do mesmo, nos termos apontados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

\_\_\_\_\_  
Ass. Participante

Nome \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Ass. Pesquisadora

Karen Sales Corrêa Stein



**Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**  
**(18 anos ou mais)**

Você está sendo convidada a participar da pesquisa de Iniciação Científica denominada *Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista* que está sendo desenvolvida pela estudante de graduação de Serviço Social da Universidade Federal de São Paulo, **Karen Sales Corrêa Stein**, sob orientação da Profa. Dra. Cristiane Gonçalves da Silva.

Trata-se de um estudo qualitativo que tem como objetivo entender como se constituem as trajetórias de garotas estudantes que vivenciam e/ou vivenciaram a gravidez/maternidade durante o período escolar em escola pública. O objetivo é identificar e compreender as dificuldades e rede de apoio dessas jovens dentro e fora da escola para a conclusão do percurso escolar.

Sua participação no estudo acontecerá por meio de entrevistas/conversas individuais com datas e horários que serão acordados entre o/a senhor/a e a pesquisadora. O/a senhor/a pode deixar de participar do estudo em qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo. A participação no estudo não implica em nenhum custo para você e também não há nenhum tipo de compensação financeira para participação. A participação no estudo contribuirá para melhor compreender a realidade de jovens e, de algum modo, colaborar com políticas de educação que consideram a realidade da maternidade no período escolar.

As entrevistas/conversas individuais poderão ser gravadas em áudio para serem posteriormente utilizadas na análise. Somente a pesquisadora e a orientadora de pesquisa terão acesso a esse material. O sigilo em relação as informações que a pesquisa terá está garantido, assim como a confidencialidade em relação aos/as participantes. Uma das vias deste Termo de Consentimento será assinada pela pesquisadora e entregue para o/a senhor/a e a outra via assinada pelo/a senhor/a ficará de posse da pesquisadora.

O/a senhor/a pode tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa entrando em contato com a pesquisadora pelo e-mail karenstein@live.com.pt, pelo telefone e WhatsApp (13) 981490638. Poderá também entrar em contato com a orientadora da pesquisa de iniciação científica através do e-mail cristiane.goncalves.silva@gmail.com, pelo telefone e WhatsApp (11) 985297970. Poderá ainda, após agendamento por e-mail ou WhatsApp, tirar dúvidas pessoalmente com pesquisadora e/ou orientadora, na UNIFESP Baixada Santista, Unidade Silva Jardim, na Rua

Silva Jardim, 136 - 2º Andar, sala 218, Vila Matias - Santos/SP. Também é possível procurar informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UNIFESP, na Rua Prof. Francisco de Castro, n: 55, - 04020-050. O E-mail é: CEP@unifesp.edu.br, Telefone: (11) 5571-1062. O horário de atendimento telefônico e presencial do CEP é: 2f, 3f, 5f e 6f, entre 9 – 13h.

### **Consentimento**

Declaro ter lido, discutido e entendido os objetivos do estudo ***Gravidez e Maternidade na Escola: trajetória de garotas da Baixada Santista*** e que concordo em participar do mesmo, nos termos apontados.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2017

---

Ass. Participante

Nome \_\_\_\_\_

---

Ass. Pesquisadora

Karen Sales Corrêa Stein

